

EDITAL Nº 1, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA

HISTÓRIA DO BRASIL

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Deve-se iniciar sublinhando a importância da administração da justiça, que estruturava a governação nas sociedades do Antigo Regime da época moderna, situando o papel do monarca na organização das gentes e do território. Deve-se destacar que governar de forma justa significava, entre outros elementos daquele pacto político, conservar e expandir o reino, estabelecer a justiça e a equidade, bem como recompensar os vassallos com mercês e privilégios.

Q2. Território e jurisdição faziam parte da mesma perspectiva de administração do poder na América portuguesa, estruturada pela institucionalização dos territórios. É necessário observar as características da colonização, marcada pela atuação de feitores e almozarifas como representantes da Monarquia no território, e a primeira divisão territorial em capitânias na década de 1530, ressaltando-se a emergência de um governo geral em 1549.

Q3. Entre as características gerais da formação das capitânias hereditárias, cabe marcar a noção de recompensa segundo a lógica das mercês, o desenvolvimento de um conjunto de estratégias visando ao povoamento e a sua proteção, e a defesa da fé católica, premissa da expansão. Além disso, deve-se mostrar que as capitânias eram senhorios jurisdicionais, cabendo aos donatários administrar os territórios particulares que lhes cabiam, arrecadar rendas, nomear funcionários, distribuir sesmarias e manter a comunicação política com a Monarquia.

Q4. Cumpre assinalar o processo lento e descontínuo de territorialização nos séculos 16 e 17, podendo-se definir a América portuguesa no período como um “arquipélago de assentamentos”. É necessário mencionar que essa situação teve repercussões administrativas relevantes, impelindo à autonomização jurisdicional e à formação de polos socioeconômicos específicos. Um exemplo de destaque é o do estado do Maranhão, autonomizado nas primeiras décadas do século 17.

Q5. Deve-se discutir a coexistência de capitânias da Coroa e de capitânias hereditárias, o que deu origem a duas perspectivas político-territoriais e de administração. Também é importante indicar que o processo não foi planejado e (ou) linear, sendo orquestrado ao longo dos séculos 16 e 17 a partir de desafios contingentes. Além disso, deve-se também marcar a sobreposição de jurisdições, em que a atuação dos oficiais de justiça dos donatários coincidia com os territórios das capitânias, enquanto a organização da Coroa levou à criação das comarcas, cuja área de atuação nem sempre coincidia com aquelas das capitânias.

Q6. É preciso considerar, ainda, a afirmação de setores de povoamento esparsos e com considerável grau de autonomia que limitava as prerrogativas do governo da Bahia. Não obstante, sua capacidade de ingerência nos territórios variava conforme a matéria; em certos casos, como a defesa do Estado do Brasil, o lugar hierárquico do governo geral era forte. Por outro lado, as matérias de ordem local, como a concessão de sesmarias, conferiam alta margem de manobra aos capitães-mores e (ou) aos governadores.

Q7. Quanto aos conselhos dirigidos pelas Câmaras, cabe ao candidato destacar que eles desempenharam papel decisivo no âmbito político-territorial como bases da organização do poder local. Tratava-se de um modelo presente em todo o território continental, o qual foi transferido para os territórios ultramarinos, sendo preciso indicar que esse processo

foi pontuado por adaptações segundo as circunstâncias. São exemplos disso os desafios impostos pela extensão dos territórios e pela configuração social da América portuguesa. Ademais, é fundamental citar que esses espaços também recebiam as manifestações dos interesses dos colonos, instituindo-se como arenas de negociação.

Q8. É imprescindível mencionar que houve alterações significativas nas concepções de territorialidade na segunda metade do século 18, sobretudo a partir do Tratado de Madrid e da expulsão dos jesuítas, momento em que também se configurava a chamada “ciência de polícia” que sustentou projetos de racionalização das estruturas do poder. É necessário referir-se a essas características no bojo do projeto pombalino.

Q9. Ao tratar do processo de expansão das estruturas administrativas para o interior, é fundamental observar que ele foi acompanhado pela construção de novas hierarquias e por uma nova forma de soberania da monarquia portuguesa. Faziam parte dela, entre outros exemplos possíveis, a emergência de paróquias e vilas no interior e a perda de patrimônios e privilégios das ordens religiosas.

Q10. As políticas territoriais da segunda metade do século 18 acarretaram a criação de políticas demográficas, com expedições de demarcação e elaboração de censos populacionais, nas quais atuaram cartógrafos e naturalistas, engenheiros militares e até mesmo astrônomos. Tratava-se, nesse sentido, de orientar o assentamento de populações em territórios litigados por outros potentados, com a consequência de fomentar uma nova consciência geográfica.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

CUNHA, Mafalda Soares; NUNES, António Castro. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. *Tempo* (Niterói, on-line), v. 22, jan.-abr. 2016, pp. 001-030.
FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial*: volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’El Rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. A caracterização do Estado que se construiu a partir da Revolução de 1930 como um Estado centralizador e com mais autonomia em relação às classes e aos agentes sociais do que o Estado oligárquico da Primeira República, com ímpeto intervencionista tanto na área econômica – inclusive com objetivos de promoção da industrialização – como na área social, na qual procurou desempenhar um papel de mediador ou árbitro entre a classe trabalhadora e os empresários a partir de iniciativas de proteção do trabalhador urbano. Deve-se ressaltar que também marcou o período o fortalecimento do papel das Forças Armadas como garantia da ordem interna, além de grupo de pressão, dentro da administração pública, a favor da industrialização.

Q2. Cabe ressaltar que, entre as primeiras medidas do chefe do Governo Provisório, se incluem a criação, ainda em novembro de 1930, dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde Pública, que traduziam duas prioridades: a política trabalhista – voltada para a subordinação dos sindicatos ao Estado, ao mesmo tempo em que reconhecia direitos aos trabalhadores, como as oito horas de jornada diária, férias remuneradas e salário mínimo –; e a política educacional que almejou, desde uma perspectiva autoritária, centralizadora e conservadora, a reforma do ensino e da educação pública com vistas à formação de um “novo homem”.

Q3. Quanto à preocupação com a preservação de monumentos históricos, entendidos como referenciais da identidade nacional, levou-se à criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o qual arremontou vários intelectuais vinculados ao Modernismo. Enquanto o projeto de criação do SPHAN – elaborado por Rodrigo de Melo Franco de Andrade por encargo de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública – tramitava no Legislativo, o Congresso Nacional foi fechado em 10 de novembro de 1937. Deve-se destacar que gestões junto a Getúlio Vargas levaram à aprovação do projeto pelo Decreto-Lei nº 25, em 20 de novembro, que fixou o campo de atuação do novo órgão e estabeleceu um marco jurídico que conciliou a proteção de bens culturais e o direito à propriedade, pois o tombamento não implicava a desapropriação do bem tombado pelo Estado. Além do conceito de tombamento, o Decreto-Lei nº 25 institucionalizou o Conselho Consultivo, instância decisória à qual competia deliberar sobre o que seria ou não tombado.

Q4. Instaurado por um golpe que fechou o Congresso Nacional, sem resistências significativas e sem mobilização popular, sob o pretexto de ameaça de nova insurreição comunista, denunciada por militares a partir de documento chamado Plano Cohen (que, posteriormente, se revelou forjado), o Estado Novo não representou uma ruptura drástica com o período de 1930-1937. Apesar de rejeitar a democracia liberal como modelo de organização política – e, nesse sentido, ter representado uma ruptura institucional –, o Estado Novo aprofundou tendências presentes no período anterior, entre elas, o autoritarismo, a centralização político-administrativa e o aprimoramento da máquina administrativa do Estado.

Q5. É necessário mencionar a criação, em dezembro de 1939, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como instrumento de comunicação social diretamente subordinado ao chefe do Poder Executivo e com amplo poder de interferência na área da cultura, o que evidencia o caráter estratégico que o controle da opinião pública representava para o regime. As seções em que se dividia o DIP exprimem o alcance da nova agência: imprensa, propaganda, radiodifusão, teatro e cinema, turismo e serviços auxiliares. O fundamento das atividades exercidas pelo DIP consistia em promover a legitimação social do regime. Diante do exposto, espera-se a menção de que, para isso, o órgão não hesitou em interferir na vida cultural brasileira seja por meio da censura a manifestações artísticas e aos meios de comunicação, seja mediante a divulgação da doutrina ideológica do regime em periódicos voltados para um público letrado (Cultura Política e Ciência Política).

Q6. Como testemunhos da multiplicidade de competências do DIP, podem ser citados, entre outros exemplos: a produção do programa radiofônico A hora do Brasil, utilizado como instrumento de propaganda do regime e de educação cívica em uma época na qual o rádio era o principal veículo de comunicação de massa; a organização oficial do Carnaval pela Prefeitura do Distrito Federal, juntamente com a seção de turismo do DIP, que passaram a impor temas de conteúdo nacionalista e de exaltação patriótica a escolas de samba e ranchos; e a organização de cerimônias cívicas multitudinárias segundo um calendário oficial de eventos que incluíam o Dia do Trabalho (1o de maio), o Dia da Bandeira (19 de novembro), o aniversário de Getúlio Vargas (19 de abril) e a celebração da instalação do Estado Novo (10 de novembro).

Q7. Espera-se que o candidato cite as comemorações do 1o de maio no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, e, a partir de 1944, no Pacaembu, em São Paulo, que reuniam multidões que aguardavam, com ansiedade, o anúncio de algum benefício social para os trabalhadores. A comemoração do aniversário de Getúlio Vargas era mais um dos instrumentos de propaganda oficial em torno da construção simbólica da imagem do ditador como protetor dos trabalhadores. A publicação de A nova política do Brasil e o ingresso na Academia Brasileira de Letras foram outros investimentos oficiais no sentido de criar para Getúlio uma aura de intelectual e, ao mesmo tempo, de homem de ação.

Q8. Acerca das relações entre o Estado como patrocinador e as artes e a cultura ao longo do período, o candidato deve frisar que elas também se desenvolveram no campo da arquitetura, quando concursos públicos para a construção de novas sedes para os Ministérios deram lugar a disputas entre diferentes correntes. É fundamental que cite o seguinte: a capital da República foi objeto de projetos de remodelação urbana, que incluíram a construção de novos edifícios públicos, em especial na Esplanada do Castelo, grande área central disponível para ocupação a partir do desmonte do Morro do Castelo, em 1922; o exemplo mais icônico das novas ideias de racionalismo e funcionalidade foi o projeto para a sede do Ministério da Educação e Saúde, resultado da colaboração de vários arquitetos modernos sob a liderança de Lúcio Costa,

convidado por Gustavo Capanema, que não se satisfizera com o projeto vencedor do concurso; a equipe recebeu uma espécie de consultoria do franco-suíço Le Corbusier que, a convite do governo, visitou o Rio de Janeiro entre junho e julho de 1936.

Q9. É preciso mencionar que a discricionarieidade de altos dirigentes públicos – ao se anular o resultado de concursos e escolher arquitetos por convite pessoal – não excluía o convívio e as disputas entre defensores de correntes arquitetônicas distintas, como os acadêmicos, dominantes na Escola de Belas Artes, e os adeptos do estilo neocolonial, além dos modernos. Deve-se destacar que a diversidade de estilos se expressou em obras como os Ministérios do Trabalho, da Fazenda, da Marinha e da Guerra e em projeto não realizado para o das Relações Exteriores. Outra evidência que deve ser ressaltada é que, com o apoio e o patrocínio do Estado, o modernismo arquitetônico brasileiro se consolidaria como dominante e reivindicaria participação no mercado internacional, para o que a exposição Brazil Builds, organizada em Nova Iorque, em 1943, representou excelente oportunidade de divulgação.

Q10. Também deve-se comentar acerca de outro setor no campo da cultura que recebeu atenção do Estado Novo, que foi o dos museus, embora não se possa afirmar que tenha havido uma política coesa para o setor, com planejamento orgânico, exceto talvez no caso do SPHAN. A criação de instituições museais no período de 1930-1945 correspondeu a iniciativas diferenciadas em resposta a impulsos desconexos entre si. Alguns exemplos podem ser mencionados. Cabe evidenciar que as iniciativas do SPHAN valorizaram o patrimônio monumental herdado do Período Colonial, como o museu das Missões, em São Miguel das Missões/RS, de 1940, e o da Inconfidência de Ouro Preto/MG. No caso mineiro, a operação envolveu o repatriamento dos restos mortais dos heróis da Conjuração Mineira de 1789, a montagem de um Panteão e a instalação do museu na antiga Casa da Câmara e Cadeia, em 1944. A criação do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1937, com a pretensão de expor uma narrativa universal da história da arte, à qual a arte brasileira reivindicava inserção, expressou o tradicionalismo predominante no meio acadêmico, antimodernista. É importante destacar ainda que o Museu Imperial de Petrópolis, inaugurado em 1943, dedicava-se a cultuar a memória de Pedro II como monarca esclarecido, justo e incentivador das ciências e das artes, pacificador e garantidor da unidade da nação.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

- CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1995.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalho*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (O Brasil republicano, v. 2)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 [2003], 4. ed.p, p. 145-179.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. A geração 1870 é alvo de investigações desde o seu surgimento na segunda metade do século 19. De lá para cá, muitos intérpretes buscaram elucidar as causas de sua formação, bem como os seus pensamentos, a origem social, além do impacto político e intelectual. Espera-se, nesse sentido, uma reflexão mais ampla acerca do lugar ocupado pelos atores desse movimento na conjuntura que antecede a queda do Segundo Reinado, logo, sabendo situá-lo dentro de sua importância histórica para o referido período.

Q2. Como elemento inicial de análise, o candidato deve ressaltar que, antes de tudo, os movimentos intelectuais e políticos encabeçados pela geração 1870 assumiram um caráter de contestação à ordem estabelecida, a saber, o domínio dos saquaremas e o liberalismo estamental; sendo assim, tal geração adotou uma postura crítica ao status quo dominante.

Q3. Cabe ressaltar a importância de se considerar que a hierarquização social, herdeira do Antigo Regime e inserida no jogo de dominação das elites liberais e conservadoras, barrava o ingresso ao poder de novos agentes, bem como a ascensão daqueles que, já inseridos nas estruturas de poder, se encontravam marginalizados. Dessa forma, as críticas e as reformas almejadas visavam também à inserção desses agentes no cenário político em vigor ou na alteração dele.

Q4. Ainda em relação ao contexto sociopolítico que levou ao surgimento da geração 1870, é fundamental destacar as mudanças ocasionadas pela chamada modernização conservadora, a qual, mesmo incompleta, possibilitou uma maior permeabilidade social e econômica. Além disso, tais reformas foram responsáveis por uma cisão na elite política dominante, assim, foi aberto o espaço para as contestações extrainstitucionais.

Q5. No que concerne à circulação intelectual na segunda metade do século 19, o candidato deve mencionar também que a geração 1870 se destacava pela propagação de ideologias progressistas, vistas amiúde como radicais por seus detratores enraizados na estrutura estatal do Império. Apesar de serem muito influenciados por filosofias europeias, como darwinismo social, spencerianismo, positivismo, entre outras, as apropriações por parte dos agentes envolvidos – outrora interpretadas pela historiografia como cópias ornamentais de ideias europeias – davam-se mediante necessidades das disputas políticas em vigor; desse modo, o repertório intelectual do movimento era formado por elementos estrangeiros, mas também pela tradição e peculiaridades nacionais.

Q6. O estabelecimento de uma unidade doutrinária e intelectual para o grupo é inviável, dado que as ideias eram tão diversas quanto as apropriações e as necessidades de sua aplicação nas disputas políticas. Por isso, demonstrará erudição e domínio do conteúdo o candidato que considerar o ecletismo e o sincretismo dessas ideias, que longe de serem “puras” na Europa muito menos eram no Brasil. Reputam-se como defasadas as teses que visam a analisar os postulados intelectuais do movimento pelo viés da fidelidade doutrinária, ou não, a suas raízes europeias.

Q7. É necessário destacar também que os debates se davam, na maioria das vezes, em esferas públicas de discussão, e não pelas vias institucionais, como o Parlamento e as instituições educacionais, mantidas pelo Estado. Aliás, muitos de seus agentes somente integraram as estruturas oficiais de ressonância intelectual e política durante a República. Desse modo, a imprensa, as publicações diversas e os palanques eram, frequentemente, as formas mais usuais de propagação de seu pensamento.

Q8. É imprescindível que o candidato mencione a impossibilidade de se desvincular a trajetória da geração 1870 da crise que se abateu sobre o Império nas últimas décadas do século 19. A grande experiência social compartilhada por esse grupo era a exclusão nas entranhas do aparato político e administrativo do Segundo Reinado, e o seu nascimento deu-se justamente em contestação a essa ordem. Á medida em que se fendia, a estrutura do regime abria espaço para novas ideias contestatórias; dessa forma, pode-se dizer que a ação dos membros desse movimento alimentou-se da crise e fomentou-a. Ao pregarem o fim do sistema de trabalho escravista vigente, a extinção do Poder Moderador e a laicização do Estado, os integrantes dessa geração minavam os pilares que sustentavam o regime desde então.

Q9. Em que pese a constatação da marginalização e da exclusão do grupo representado pela geração 1870, diante do cenário político vigente na época, é importante destacar que tal grupo fazia parte de certa elite nacional, haja vista que o próprio letramento era um fator de distinção. Mesmo aleijada das altas instâncias de poder, essa elite não buscou uma ruptura radical e, sim, uma profunda reforma nos aparelhos do Estado, e uma prova disso é a opção por ideologias não revolucionárias – como, por exemplo, o positivismo – ao invés de opções revolucionárias como o marxismo, também disponíveis no repertório daquela época.

Q10. O candidato deve ressaltar, por fim, que muitos integrantes dessa geração posteriormente ocuparam lugares de destaque na construção política e intelectual da República, como é o caso de Júlio de Castilhos, Campos Sales, Prudente de Moraes, Rui Barbosa, Sílvio Romero, entre outros. Armados de ideias abolicionistas e republicanas, muitos desses atores pavimentaram os caminhos que o novo regime percorreria.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15, no 44, out 2000.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. O surgimento de uma alternativa política republicana relaciona-se diretamente a um período de profundas transformações sociopolíticas no Brasil. É necessário indicar as características desse processo a partir de exemplos – a Guerra do Paraguai, as disputas em torno da escravidão, a Lei de Terras, entre outros.

Q2. Deve-se contextualizar, igualmente, as transformações intelectuais e ideológicas, discutindo perspectivas dissidentes, reformistas ou mesmo revolucionárias, que ganharam força no debate público, especialmente a partir da década de 1870.

Q3. No plano político, esse contexto torna viável a alternativa republicana, cabendo discutir episódios como a queda do gabinete Zacarias, a formação do Partido Republicano e os debates na imprensa, de forma a enfatizar, no caso desta última, seu caráter estratégico para a ação política.

Q4. É imprescindível apontar a importância do Manifesto Republicano, percorrendo suas principais críticas e propostas, a exemplo dos questionamentos ligados ao Poder Moderador, à noção de “monarquia temperada” e à defesa do federalismo.

Q5. Também cumpre discorrer a respeito das consequências imediatas e de médio prazo da criação do Partido Republicano e da publicação do Manifesto, a exemplo do estímulo à criação e conversão de clubes à causa dos republicanos, bem como demarcar graus de adesão e diferenças no bojo da agenda republicana segundo as províncias do Império e (ou) correntes ideológicas.

Q6. Cabe examinar os efeitos das causas políticas republicanas à luz da dinâmica eleitoral, indicando, entre outros aspectos possíveis, a formação de um partido efetivo em São Paulo, a ser descrito com base nos grupos sociais que fizeram parte dele, e a força política eleitoral das ideias republicanas em províncias como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Q7. Outro fenômeno a discutir é a transformação paulatina do vocabulário político ao longo da década de 1880, com o sucesso da propaganda republicana em afirmar a ideia de uma equivalência entre democracia e república a partir do ideal, defendido por várias correntes, de uma extensão da cidadania.

Q8. A questão dos grupos sociais que aderiram ao republicanismo deve ser correlacionada à centralidade do debate abolicionista, com a finalidade de mostrar as ambiguidades no posicionamento e o pragmatismo amíúde adotado em relação a esse tema, tendo em vista a necessidade de conciliar os interesses de grupos urbanos e rurais.

Q9. O contexto também foi marcado pelo aumento das tensões entre militares e o governo, exemplificadas, entre outros fatores a serem elencados, pelas demandas dos militares pelo direito em discutir abertamente temas que considerassem de interesse. Espera-se que o candidato discuta, ainda, como algumas lideranças, a exemplo de Benjamin Constant, buscaram se aproximar da direção do Partido Republicano, e vice-versa.

Q10. Deve-se mostrar também que as críticas intensas à acefalia do poder perante a fragilidade do imperador tomaram parte dos debates públicos, dando margem à construção de uma imagem de apatia nacional. Por outro lado, as agitações nas ruas da Corte instigavam a manifestação de um discurso em nome da ordem, servindo de justificativa, segundo certos atores políticos, para uma transição politicamente mediada rumo à República..

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV / Edur, 2007.
ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GEOGRAFIA

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Nos anos iniciais do século 21, a conflagração de guerras, nos mais diversos pontos do planeta continuam a movimentar grandes contingentes de pessoas, a exemplo do que acontece na Síria e, mais recentemente, na Ucrânia. Adicionalmente, as nações que se encontram em profundas crises econômicas, tais como aquelas localizadas na América Central, como Guatemala e Honduras, também continuam a ser fatores de deslocamento das populações. Além disso, mudanças de regimes, como aquele ocorrido recentemente no Afeganistão, geram fluxos consideráveis, em face do caráter político-religioso do grupo que assumiu o poder no país. Ainda outro motivo a considerar é que o fator religioso tem se mostrado um impulsionador de fluxos migratórios forçados, a exemplo do que se observou com os rohingyas, em Bangladesh.

Q2. Além dos fatores de ordem política, econômica e das guerras, mais recentemente há um novo tipo de migrante, aquele que se desloca em face das questões ambientais que, embora ainda sejam fluxos incipientes e pouco estimados, vem adquirindo espaço nos debates, pois são uma nova categoria de deslocados que, muitas vezes internamente, não encontram condições de sobrevivência em seus lugares de origem. Bangladesh é um desse países com grande quantidade de pessoas que se deslocam, em face das questões ambientais nas suas áreas litorâneas e vão se instalar nas favelas de suas maiores cidades, como Dacca. Outra nova categoria de migrantes, não forçados, são os trabalhadores do conhecimento, caracterizados por indivíduos com alta escolaridade e qualificação profissional que transitam pelo mundo ocupando cargos e posições em organizações públicas e privadas, além de organismos multilaterais.

Q3. Esse complexo quadro de deslocados que mescla migrações espontâneas e outras diásporas que ocorrem por crises resultou em um grande contingente daquilo que se denomina refugiados ou apátridas. São pessoas que não têm sua

nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia ocorre por várias razões, uma delas é a discriminação contra minorias na legislação nacional, não reconhece todos os residentes do país como cidadãos.

Q4. Atualmente há uma ampla discussão a respeito dos efeitos social e cultural desses grandes deslocamentos nos países receptores, sendo a xenofobia o traço mais evidente, por uma série de fatores, que vão desde o ambiente de instabilidade econômica de alguns desses países que, sequer têm assegurado emprego para seus nacionais, o que resulta em um sentimento de insegurança econômica por parte das suas populações, que vislumbram os migrantes como aqueles que lhes tirariam oportunidades. Algumas dessas nações, inclusive, adotam rígidas políticas que dificultam a entrada dos migrantes e sua permanência, promovendo retornos maciços desses refugiados para seus países de origem.

Q5. Em face desse sentimento, são comuns os episódios de xenofobia, reforçados, muitas vezes, por visões distorcidas de grupos sociais que adotam posturas pré-concebidas dos povos, notadamente, de algumas religiões ou de determinados grupos étnico-raciais, o que, por vezes, leva a eclosão de tensões entre grupos nacionalistas e migrantes e ao surgimento de movimentos políticos que alçam posições nos governos e nas casas legislativas de determinados países, defendendo as pautas nacionalistas e contrárias às migrações.

Q6. Apesar da visibilidade que a mídia confere aos problemas dos fluxos migratórios nos países do norte global, notadamente nos Estados Unidos da América e na Europa Ocidental, não é nessas regiões que se encontra maior número de deslocados, mas sim na Turquia, no Paquistão e em Uganda que, juntos, já receberam mais de 6 milhões de pessoas em situação de refúgio. Há outros países fortemente impactados pelos fluxos, a exemplo da Jordânia que recebeu mais de 500 mil refugiados da guerra da Síria em seus enormes campos de abrigo.

Q7. Um dos efeitos perversos dos deslocamentos forçados são as redes de tráfico humano que se viabilizam em função da vulnerabilidade dos indivíduos e estão associadas, sobretudo, à exploração sexual, ao trabalho forçado, a práticas de servidão ou à remoção de órgãos. Além disso, há uma economia ilegal que se vale dessas diásporas, notadamente, aquela que viabiliza o ingresso, de forma ilegal, dos migrantes/refugiados nos países receptores. Popularmente a figura mais conhecida dessas redes, são os chamados coites, que acompanham os migrantes na travessia das fronteiras, mas quase sempre eles são apenas uma das peças da complexa engrenagem que alimenta tais organizações. As formas para assegurar o acesso expõem, na maior parte das vezes, os migrantes a situações de perigo e, não são raras as tragédias, que resultam em dezenas de mortes, sejam elas durante a travessia de grandes extensões de água, ou ainda pelo confinamento em lugares inadequados.

Q8. Diante desse cenário, diversas instituições têm atuado não apenas no acolhimento desses refugiados, sejam elas não governamentais ou multilaterais, sendo a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no âmbito do sistema das Nações Unidas (ONU), as principais unidades que atuam com o tema. Nesse segmento, a OIM é o principal organismo intergovernamental no campo da migração que trabalha e atua em rede com parceiros governamentais, e não-governamentais, e o ACNUR possui um direcionamento mais específico voltado para os refugiados, e sua atuação é centrada em assegurar direitos elementares no processo de reintegração desses indivíduos aos países que os receberam.

Q9. O Brasil possui longa tradição de receber migrantes, desde o século 19, sobretudo com japoneses e europeus. Em tempos recentes, esse perfil se aproximou mais dos nacionais da porção latina do continente americano, com distintas motivações, como os bolivianos que migram em função da estagnação econômica do seu país, ou ainda os haitianos que fogem da crise econômica, política, agravada pela grande catástrofe que foi o terremoto que atingiu o país, em 2010, além dos venezuelanos que deixaram seu país em face da crise econômica e de problemas de ordem política.

Q10. Ainda se tratando do Brasil, sob o aspecto legal, o tema vem sendo tratado pela nova Lei de Migração (LDM), Lei no 13.445/2017, que se apresenta como um importante marco na resposta do Estado brasileiro diante das tendências da migração contemporânea. Observa-se que em seu viés “principlológico”, ao contrário do Estatuto do Estrangeiro, a LDM faz explícita referência aos direitos humanos, pautando o repúdio à discriminação e a não criminalização de migrantes que

estão de modo irregular no País, na igualdade de direitos, incluindo a liberdade de associação sindical e política, e a impossibilidade de expulsão ou deportação coletivas. No âmbito da estrutura do Estado brasileiro, o tema vem sendo tratado pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) do Ministério da Justiça, a quem compete tratar da política nacional de migração, bem como orientar as questões laborais dos migrantes que ingressam no Brasil solicitando permanência.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

VILLEN, Patrícia. Impactos da crise na migração internacional no Brasil. In: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. (Orgs.) *Migrações em expansão no mundo em crise*. São Paulo: EDUC/PIPEq, 2020.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Longe de ser um consenso entre os estudiosos, a noção de “cidade média” envolve uma série de interpretações e conceituações. O primeiro enfoque relacionado a essa classificação tem como base o tamanho populacional das cidades entre 100.000 e 500.000 habitantes. Atualmente, instituições oficiais, ainda adotam essa característica como central.

Q2. Apesar da importância que a definição de cidade média tem nos estudos brasileiros, o patamar demográfico serve apenas como primeira aproximação para compreender tais cidades, pois não há relação direta entre o tamanho da população de uma cidade e seu papel na rede urbana (SPOSITO, 2001). A partir dessas considerações, outro enfoque surge dentro dos estudos relacionados às cidades médias, o qual incorpora elementos qualitativos, tendo em vista uma nova forma de abordá-las. Sposito (2001) considera as cidades médias como aquelas de expressiva importância na estrutura urbana regional.

Q3. A cidade média é fenômeno recente na Amazônia, que somente adquiriu importância após as mudanças ocorridas a partir da década de 1960, visto que anteriormente este tipo de cidade era quase inexistente. Logo, houve a ascensão das cidades médias na rede urbana, as quais passaram a desempenhar papéis econômicos e a ser destino do fluxo de migrantes, mas foram as metrópoles que mantiveram papel central e de comando da rede urbana, tornando-se uma tendência que acompanha a dinâmica urbana nacional.

Q4. As cidades médias apresentam relações distintas no que diz respeito a sua localização e vinculações com os sistemas de transporte. Na Amazônia, existem cidades que foram criadas a partir da localização em relação às principais bacias hidrográficas, outras cidades foram constituídas a partir da conexão com as rodovias, outras cidades tem essa dupla localização às margens de rios e rodovias como Altamira e Itaituba no Pará, Porto Velho e Rio Branco, entre outras.

Q5. No contexto amazônico, esse debate guarda especificidades que precisam ser levadas em consideração. As cidades médias brasileiras são comumente associadas à modernização econômica de espaços onde as relações capitalistas já se mostram mais consolidadas, e também ao melhor índice de qualidade de vida de seus habitantes, quando comparado ao de outros centros urbanos, como as metrópoles. Porém, na Amazônia, cidades como Marabá e Santarém tendem a se diferenciar das demais, pois consistem em espaços que nem sempre revelam a incorporação dos processos de acumulação de capitais, possuindo traços de dinâmicas concernentes a frentes pioneiras, agropastoris e minerais, e baixos índices de qualidade de vida (TRINDADE JR.; PEREIRA, 2007) quando comparados aos de outras regiões do País.

Q6. A importância das cidades médias amazônicas chama a atenção, principalmente no que se refere às suas relações econômicas, políticas e socioterritoriais com as sub-regiões das quais fazem parte. Essas cidades parecem apontar

elementos para se pensar a particularidade de centros urbanos intermediários para além da centralidade econômica, normalmente considerada na definição das cidades médias. Uma referência à centralidade política, caracterizada pela presença de instituições e órgãos oficiais, estaduais e federais, ligados às decisões políticas que nelas se fazem presentes, e pelo fato de sediarem importantes forças políticas, associações, movimentos sociais, sindicais e categorias sociais diversas.

Q7. As políticas de reordenamento territorial promovidas pelo Estado, para inserção da Amazônia no processo de expansão capitalista, a partir da segunda metade do século 20, ocasionaram transformações econômicas, sociais e na rede urbana regional. Neste contexto, atribuíram às cidades funções econômicas de acumulação, comandando uma rede de municípios em seu entorno, por meio da distribuição de bens e serviços e controle da produção primária para exportação, papel que também passou a ser desempenhado por um tipo de cidade até então inexistente da rede urbana: as cidades médias.

Q8. Pode-se afirmar que, o processo de urbanização suscitou para essas cidades inúmeros “problemas urbanos”, como são observados nos indicadores de saneamento, emprego, migração e transporte.

Q.9 Mais da metade da população amazônica reside nas cidades, sentindo com isso os mesmos problemas urbanos que afetam a maioria da população brasileira que vive em centros urbanos. As cidades, são lugares privilegiados de reprodução das interações sociais e se constituem bases para a realização ampliada da intervenção direta do Estado na produção do espaço e na ligação de pontos que possibilitam a expansão de novas formas de relações de produção na região. Tanto no passado como no presente, este processo não tem ocorrido sem sobressaltos, representando uma espacialização essencial ao desenvolvimento do capital. Tal processo não se dá isento de conflitos, pois está imbricado de múltiplos agentes portadores de diferentes práticas socioespaciais, torna as cidades amazônicas o lugar por excelência das lutas sociais.

Q.10 Becker (2003) sugere alguns elementos. São eles: a) Ritmo acelerado da urbanização que se efetiva em razão do crescimento urbano, repercutindo na multiplicação, na criação e no revigoramento dos núcleos urbanos; b) Mudança na estrutura urbana e no povoamento, expressando, assim, forte desconcentração urbana com importante participação das cidades médias; c) Incorporação dos valores rurais ao urbano, demonstrando, desse modo, estreitas vinculações entre o campo e a cidade; d) Grande variedade quanto à situação de crescimento, tamanho e estrutura dos núcleos urbanos, expressando distintos modelos ou padrões de urbanização; e) Carências generalizadas de equipamentos e serviços urbanos, mostrando forte ausência de infraestrutura urbana dos núcleos urbanos; f) Presença de uma economia instável e informal, expondo as populações à dependência direta de empregos públicos, revelando problemas com a informalidade..

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

NUNES Débora Aquino; JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da Trindade; TRINDADE, Gesiane Oliveira da. *Cidades médias na Amazônia brasileira: da centralidade econômica à centralidade política de Marabá e Santarém* (Estado do Pará). *Confins [On-line]*, 29 | 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/11376>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

OLIVEIRA, V.L. TRINDADE, J.R. *As cidades médias do hinterland amazônico paraense: urbanização e desenvolvimento em período recente*. Belém, Cadernos CEPEC, UFPA, volume 2, no 3, 2013.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. O conhecimento geográfico, a saber, é tão antigo quanto a história da humanidade. Pode-se dizer que tais conhecimentos dispersos desenvolveram-se na Grécia Antiga. Esse acervo de conhecimentos manifestou-se por meio de estudos dispersos, relatos de lugares e elaboração de mapas com pouca precisão. Na Idade Média, sob o feudalismo, ocorreu pouco desenvolvimentos da geografia, e grande parte de seus estudos foram influenciados pela Igreja com base nos conhecimentos teológicos. Já sob o capitalismo mercantil, a corrida expansionista das metrópoles europeias em direção a novas terras possibilitou a sistematização de conhecimentos geográficos, a partir dos navegadores e de especialistas que os acompanhavam em suas empreitadas.

Q2. Assim, no início do século 19, o conjunto de pressupostos para a sistematização da geografia já estava posto. A Terra estava toda conhecida. A Europa articulava um espaço de relações econômicas mundializado. As metrópoles detinham informações dos mais variados lugares da superfície terrestre. As representações do Globo terrestre estavam desenvolvidas e difundidas pelo uso cada vez maior de mapas. A fé na razão humana, colocada pela filosofia, abria a possibilidade de uma explicação racional para qualquer fenômeno da realidade.

Q3. A partir de então, pode-se dizer que a geografia emergiu como ciência na Alemanha. Os autores considerados como os pais da ciência geográfica são os alemães Humboldt e Ritter. Foi na Alemanha que apareceram os primeiros institutos e as primeiras cátedras dedicadas a essa disciplina, bem como as primeiras propostas metodológicas, foi lá que se formou a primeira corrente de pensamento na geografia: o determinismo. O determinismo geográfico partia do entendimento de que o ambiente estabelece os padrões da cultura humana de determinado local e seu desenvolvimento social, considerando principalmente os fatores físicos, como formas de relevo e clima.

Q4. Como reação ao determinismo alemão, emergiu, na França, o possibilismo, corrente que teve em Vidal de La Blache seu maior expoente, consolidando a Escola Francesa de Geografia. Os defensores do possibilismo entendiam que o homem era apresentado como um agente ativo, ao invés de passivo, como na visão determinista. A partir dessa premissa, o objeto de estudo da Geografia, nessa concepção, era a superfície da Terra e os fenômenos que nela se produzem.

Q5. Ainda ao longo da primeira metade do século 20, emergiu a geografia regional, que adquiriu notoriedade, nos anos de 1940, com Richard Hartshorne e Alfred Hettner. Trata-se de uma corrente que defende a criação de referenciais de análise por meio da comparação dos lugares, enfatizando a aplicação do princípio da analogia, isto é, da comparação entre duas situações, dois locais ou duas circunstâncias. Essa corrente busca a separação e a segregação de características conforme áreas específicas, ou regiões, como forma de entender o espaço e as interações sociais dentro dele. Foram essas duas escolas que exerceram a maior influência no decorrer da geografia tradicional, que alcançou a metade do século 20.

Q6. A partir da metade do século 20, ocorreram movimentos de renovação da geografia. Nesse contexto, surgiu a geografia teórico-quantitativa, que se destacou por utilizar, em larga escala, modelos matemático-estatísticos. Uma vertente dessa corrente intitulou-se teórica, com a finalidade de romper qualquer vínculo com os trabalhos empíricos que marcavam as escolas tradicionais, comprometendo-se, exclusivamente, com a reflexão teórica.

Q7. No final dos anos de 1960, mas, sobretudo, na década de 1970 do século 20, o campo de conhecimento geográfico deu os primeiros sinais para uma mudança mais radical, adotando uma postura mais crítica e engajada politicamente nas grandes causas sociais do mundo e em seus reflexos espaciais. Nessa corrente, o método mais adequado para a compreensão da complexidade espacial era o materialismo histórico dialético.

Q8. No Brasil, a geografia crítica instaurou-se como paradigma nas instituições de ensino superior em fins dos anos de 1970 e teve em Milton Santos um dos seus maiores expoentes. Nessa perspectiva, a geografia adquiria um papel de ciência ativa, que servia para denunciar os grandes problemas sociais e suas expressões espaciais, buscando a transformação da realidade.

Q9. Embora os primeiros estudos que levam em conta a dimensão cultural tenham vindo do final do século 19 e já no século 20, com a Escola de Berkley e Cal Sauer, o paradigma da geografia cultural adquiriu maior expressividade nos

anos finais do século, sob a égide de teóricos como Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, Edward Relph e Mercer e Powell. Tal paradigma é centrado na valorização da percepção do indivíduo e do grupo social na busca de se compreender a forma de sentir das pessoas em relação aos seus lugares.

Q10. Também se denomina geografia humanística a geografia cultural que mescla os aspectos materiais e imateriais, tais como práticas de consumo e produção culinária, culturas populares e a paisagem cultural e suas representações. Nos últimos anos, as investigações dedicadas às religiões, às percepções, aos sentimentos de pertença, às identidades culturais, às representações e às interpretações de textos passaram a ser trabalhadas e divulgadas, amplamente, pelo campo da geografia..

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: EDUFSC, 2014.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. A reestruturação produtiva representa transformações que vêm ocorrendo na indústria, seja de ordem técnica, seja do ponto de vista do trabalho e também na lógica espacial. A reestruturação é dinâmica, um processo dialético, em que elementos do “novo” e do “velho” coexistem na mesma empresa.

Q2. Nesse sentido, cada empresa tem temporalidade diferente. “Algumas conseguem mais inovações, processamento de informações mais rápida, assegurando o gerenciamento flexível – o tempo não é apenas comprimido: é processado” (CASTELLS, 2001). Enquanto isso, em outras empresas, esse processo ocorre de forma mais lenta, o que se deve às condições das quais se apropriam, da inovação, da informação e do capital investido.

Q3. Um processo de desconcentração industrial é caracterizado pela realocação industrial, em que muitas empresas se deslocaram de São Paulo para os estados do Ceará, da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Goiás e do Paraná.

Q4. No setor automobilístico, houve um movimento de reespecialização geográfica da produção. A título de exemplo, com a Volkswagen, em Resende (Rio de Janeiro); Peugeot/Citroën, em Porto Real (Rio de Janeiro); Honda, em Sumaré (São Paulo); Toyota, em Indaiatuba (São Paulo); Iveco-Fiat, em Sete Lagoas (Minas Gerais); Mercedes-Benz, em Juiz de Fora (Minas Gerais); General Motors, em Gravataí (Rio Grande do Sul); Renault, em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná); Nissan, em Curitiba (Paraná); Ford, em Camaçari (Bahia); Hyundai, em Aratu (Bahia); e Mitsubishi, em Catalão (Goiás), entre outras.

Q5. A reestruturação produtiva no Brasil acontece em um contexto de recessão, desemprego, instabilidade econômica e abertura comercial. Esse processo inicialmente ocorreu no setor automobilístico e, mais tarde, no setor bancário, atingindo quase a totalidade dos ramos produtivos e serviços, com alterações significativas nos empregos.

Q6. No início da década de 1990, a indústria eletroeletrônica chinesa encontrava-se tecnologicamente atrasada e contava com a produção de bens eletrônicos de consumo e pequena produção de componentes semicondutores. A mão de obra abundante e barata, mais os subsídios do governo, via política fiscal, atraíram investimentos provenientes do Japão, de Taiwan e de Hong Kong. Nos últimos 15 anos, os investimentos neste setor proporcionaram a formação de uma base

tecnológica eletrônica. No atual momento, embora permaneça a montagem parcial embasada em trabalho intensivo, diversas plantas de empresas na China estão montando um número cada vez maior de produtos finais.

Q7. Grande parte da produção doméstica chinesa do setor eletroeletrônico é realizada por joint ventures formadas entre capitais estrangeiros e nacionais.

Q8. Com a crise, observou-se perdas em diversos setores. A título de exemplo, no setor automotivo: depois do tombo de 26% registrado em 2020 após a chegada da pandemia da Covid-19 ao País, quando foram vendidos 2,058 milhões de veículos, o setor esperava uma recuperação de pelo menos 15%. Somente o segmento de automóveis e comerciais leves, o mais afetado pela escassez de semicondutores, teve desempenho ainda pior, com vendas de 1,984 milhão de unidades em 2021, apenas 1,4% acima do resultado de 2020. No início do ano passado, a projeção das montadoras era de crescer também 15% nesse mercado. A alta de 3% foi puxada pelo segmento de caminhões, cujas vendas cresceram mais de 30%.

Q9. Com a crise, observou-se quebras nas cadeias produtivas em diversos setores. A título de exemplo, no setor automotivo: as fabricantes de veículos, contudo, foram atropeladas pela crise dos semicondutores, problemas de logística (falta de navios e contêineres para trazer peças importadas) e pela alta de preços de matérias-primas, que foi repassada ao consumidor local.

Q10. Como consequência do choque de oferta, registrou-se aumento de preços nos setores afetados pela crise. A título de exemplo, no setor automotivo: sem oferta suficiente nas concessionárias, o mercado de carros usados atraiu o consumidor que buscava modelos zero quilômetro e cresceu 18%, em 2021, no comparativo com o ano anterior. Foram comercializados 11,244 milhões de automóveis e comerciais leves seminovos (com até três anos de uso) e usados mais antigos, ou seja, quase seis unidades para cada novo vendido.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

DENG, B. L.; DENG, B. S. A economia política da indústria de semicondutores e o recente desenvolvimento limitado da República Popular da China (2014-2021). *Revista de Economia Contemporânea* (2022) 26: p. 1-25 (Journal of Contemporary Economics) ISSN 1980-5527.

GOMES, M. T. S. *O debate sobre reestruturação produtiva no Brasil*. RA'E GA 21 (2011), p. 51-77, Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR ISSN: 2177-2738.

MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. V. P. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Revista de Economia Política*, vol. 35, n. 1 (138), pp. 28-42, janeiro-março/2015.

PARANHOS JÚNIOR, C. p. *Produção de componentes eletrônicos: necessidade estratégica para defesa, segurança e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro, ESG, 2017.

POLÍTICA INTERNACIONAL

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

No primeiro tópico, espera-se que o candidato demonstre conhecimento em relação à evolução histórica da construção do argumento humanitário em torno da responsabilidade internacional da proteção de civis, com ênfase no dilema entre, de um lado, a intervenção por razões humanitárias e o direito à assistência humanitária e, do outro, a

soberania estatal. Inicialmente, nos anos de 1980, o dever de ingerência foi o termo que pautou a construção desse argumento.

(Q1). Esse termo dizia respeito à atuação de organizações não governamentais (ONGs), principalmente a dos Médicos sem Fronteiras, em emergências humanitárias e em conflitos armados –, com a finalidade de ajudar às populações carentes e de remediar o sofrimento delas, por meio de ações como assistência médica, tratamento de doentes ou feridos e outros. Em seguida, nos anos 1990, o argumento passou a se estruturar em torno da intervenção humanitária. (Q2) – Ao contrário do termo anterior, a intervenção humanitária pressupunha a atuação de governos nacionais em territórios estrangeiros com o propósito de proteger – se necessário, por meio do uso da força militar – as populações contra graves violações dos direitos humanos. Ainda nessa década, considerando a gravidade de tais violações em situações como na Somália, em Ruanda, na Bósnia, em Kosovo, entre outras, surgiram outros termos e iniciativas correlatos com a intervenção humanitária, como a segurança humana, a Doutrina Blair, a soberania como responsabilidade e a soberania individual.

Os termos e as iniciativas mencionados, em particular a soberania como responsabilidade, foram examinados pelo relatório da Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS, na sigla em inglês) intitulado “The Responsibility to Protect: Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty” e publicado em 2001. Uma das principais contribuições desse relatório, que passou a pautar o debate no início do século 21, foi propor a substituição do termo intervenção humanitária, ou direito de intervir, por responsabilidade de proteger (Q3), na tentativa de reconciliar as posições divergentes entre os países do Sul e do Norte a respeito da redefinição da soberania. Além disso, esse relatório também distinguiu três dimensões dessa responsabilidade – responsabilidade de prevenir, de agir e de reconstruir –, entre outras questões, que pautariam as discussões do termo na agenda onusiana.

Na Cúpula Mundial de 2005, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) adotou a resolução A/RES/60/1, por meio da qual a organização incorporou o conceito de responsabilidade de proteger (Q4). Nesse documento, reconheceu-se que, tanto os estados quanto a comunidade internacional, por meio da Organização das Nações Unidas, teriam a responsabilidade de proteger as populações contra o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Com base nessas considerações, o candidato deve já tratar do segundo tópico solicitado na questão. Nesse tópico, é preciso demonstrar conhecimento acerca do debate em torno do princípio da responsabilidade de proteger no decorrer da cúpula. Primeiramente, faz-se necessária a identificação de países que se opuseram, total ou parcialmente a esse princípio, e as posições assumidas por eles. São exemplos desses países: China, Cuba, Egito, Irã, Paquistão, Rússia, Venezuela, Vietnã e Malásia. Na sequência, é preciso selecionar pelo dois desses países e apresentar a sua respectiva posição (Q5). Para exemplificar, China e Malásia rejeitaram parcialmente esse princípio por causa da importância de discutir mais a respeito dele, enquanto Cuba rejeitou totalmente por o considerar como um pretexto para a intervenção de superpotências em assuntos domésticos. Ainda nesse segundo tópico, é preciso conferir maior pontuação às respostas que, comparativamente, apresentem maior número de países e suas posições.

No terceiro tópico, é desejável que o candidato mencione que os três pilares do princípio da responsabilidade de proteger foram estabelecidos no relatório do então secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, apresentado à AGNU em 2009 – documento este intitulado *Implementing the Responsibility to Protect: Report of the Secretary-General (A/63/677)*. O primeiro pilar é que os Estados detêm a responsabilidade primária de proteger a própria população, nacionais ou não, contra o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade, assim como qualquer incentivo a essas transgressões (Q6). O segundo pilar é que a comunidade internacional detém a responsabilidade de encorajar e auxiliar os Estados a cumprirem a sua responsabilidade primária, sobretudo, por meio da cooperação e da implementação de uma estratégia de prevenção (Q7). E, finalmente, o último pilar é que essa comunidade deve estar preparada para agir coletivamente, de acordo com a Carta das Nações Unidas – em particular com os Capítulos VI, VII e VIII –, quando um Estado falhar em proteger a própria população contra as transgressões citadas anteriormente (Q8).

Finalmente, no último tópico, o candidato deve demonstrar capacidade de análise da adoção controversa do princípio de responsabilidade de proteger quando se deu a intervenção na Líbia em 2011 e argumentar que essa adoção, por um lado, trouxe novamente à tona as preocupações demonstradas por países na Cúpula Mundial de 2005 e, por outro,

inviabilizou que esse princípio fosse utilizado em situações posteriores, como na guerra civil na Síria. As Resoluções de 1970 e de 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), adotadas no início de 2011, foram as primeiras a fazer referência a esse princípio, e a segunda autorizou, pela primeira vez, o uso da força para fins de proteção humanitária contra um Estado em pleno funcionamento. A comunidade internacional, por meio do CSNU e sob a liderança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), decidiu intervir na Líbia diante da resposta do governo de Muammar Kadafi à revolta popular que ocorreu no contexto da Primavera Árabe. A intervenção se deu sob os auspícios da Resolução de 1973, a qual determinou que fossem tomadas as medidas necessárias para proteger civis ameaçados em território líbio e, entre essas medidas, se estabeleceu a ambígua zona de exclusão aérea. Essa medida possibilitou o uso de uma força militar robusta sob a retórica humanitária, porém a implementação dessa medida acabou favorecendo os rebeldes e levou à mudança de regime, com a queda e morte de Kadafi (Q9). Países que se abstiveram na votação da Resolução de 1973, como a Índia, questionaram o fato de que o uso do princípio da responsabilidade de proteger não foi condizente com o mandato conferido pelo documento. Além disso, a experiência negativa do caso líbio elucida as preocupações já apresentadas por países, como Cuba, na Cúpula Mundial de 2005 e por António Guterres, especificamente a possibilidade de o princípio ter padrões duplos e ser usado seletivamente: a responsabilidade de proteger poderia legitimar intervenções de grandes potências e da OTAN, mesmo que sob a retórica humanitária, para atender os próprios interesses, a exemplo da mudança de regime na Líbia. Dessa forma, diversos países, como China e Brasil, mostraram-se céticos em adotar esse princípio para pautar a atuação da comunidade internacional na Síria e no Sudão do Sul, por exemplo, com o receio de que os resultados malsucedidos ocorressem novamente (Q10).

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

- BELLAMY, Alex J. *Responsibility to protect*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- EVANS, Gareth J. *The Responsibility to protect: ending mass atrocity crimes once and for all*. Washington, D.C.: Brookings, 2008.
- FONSECA JR, Gelson. Dever de Proteger ou Nova Forma de Intervencionismo? In: JOBIM, Nelson A., ETCHEGOYEN, Sergio W. e ALSINA, João Paulo (Org.) *Segurança Internacional: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, pp. 175-192.
- PUREZA, José M. As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, jan./jun. 2012, p. 3-19.
- RIBEIRO, Mikelli M. L. A. Soberania e responsabilidade internacional humanitária: avaliando o processo de ajuste normativo no âmbito da ONU. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 30, set./dez. 2019, p. 199-234.
- UN. United Nations. *Implementing the responsibility to protect: report of the Secretary-General*. A/63/677, Jan. 12, 2009. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/SG_reportA_63_677_en.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- UN. United Nations. *Resolution adopted by the General Assembly on 16 September 2005*. A/RES/60/1. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_60_1.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

O candidato deve aplicar uma moldura teórico-conceitual (competição entre grandes potências em um cenário internacional anárquico/concorrência hegemônica) em uma situação política concreta e contemporânea (relacionamento bilateral China-EUA). O candidato deverá inicialmente demonstrar familiaridade com a contribuição de Tucídides – historiador do conflito entre Atenas e Esparta no século VI a.C. – para disciplina de Relações Internacionais; em particular, a descrição da dinâmica entre potências concorrentes pela primazia no sistema internacional (item i). É indispensável ter conhecimento prévio da obra supracitada de Graham Allison, o que o cientista político norte-americano define como “Armadilha de Tucídides” –, muito em particular o relacionamento contemporâneo entre Washington e Pequim (item ii). Com base nessas referências, caberá ao candidato narrar a ascensão internacional da China no último meio século e

descrever a distribuição do poder nas relações internacionais do pós-Guerra Fria (1991-), da chamada “unipolaridade” à multipolaridade, propondo discussão acerca do surgimento de hipotética nova bipolaridade, desta vez entre EUA e China – não se espera que o candidato emita juízo definitivo quanto à questão, senão que apresente os contornos da discussão (item iii). Para isso, será necessário comparar a dinâmica bipolar que caracterizou a disputa ideológica e por zonas de influência entre EUA e União Soviética no período da Guerra Fria (1945-2011) e o atual relacionamento entre EUA e China Popular. (item iv). O candidato deve recorrer à história para retrair o “rapprochement” conduzido pelo ex-presidente norte-americano Richard Nixon e por seu conselheiro de Segurança Nacional/secretário de Estado, Henry Kissinger, com a China maoísta, que transformou o tabuleiro geopolítico internacional nos anos de 1970 (item v), culminando, décadas depois, nas fricções entre os dois países no período do Governo do ex-presidente Donald Trump e do presidente Joe Biden, do lado norte-americano, e do presidente Xi Jinping, do lado chinês; será aqui oportuno contrastar a atitude dos Governos Trump e Biden frente à China (item vi). O complexo relacionamento entre os dois países deve ser explorado pelo candidato demonstrando conhecimento a respeito das áreas de convergência e complementaridade entre os dois países – por exemplos, volume de intercâmbio comercial, integração produtiva e das cadeias de suprimento, dívida norte-americana com a China e a cooperação em temas como mudanças climáticas (item vii) – e os irritantes no relacionamento, como competição comercial e escalada tarifária; competição científico-tecnológica e disputa acerca de propriedade intelectual; estranhamentos no Mar do Sul da China (reivindicações chinesas); aliança sino-russa, inclusive no contexto do conflito na Ucrânia; alterações quanto à gestão da pandemia da Covid-19 (item viii). Essa complexidade – isto é, o fato de que o relacionamento não se presta a simplificações – deverá ser explorada pelo candidato, que poderá recorrer ao conceito de “interdependência complexa”, desenvolvida pelos teóricos norte-americanos Joseph Nye e Robert Keohane, para demonstrar por que as múltiplas conexões entre EUA e China – especialmente o entrelaçamento entre as duas economias – poderiam tornar um conflito armado direto entre essas duas potências menos provável do que poderia sugerir a elaboração conceitual de Allison; neste caso, a demonstração de um paralelo com a dinâmica entre Alemanha imperial e Grã Bretanha às vésperas da Primeira Guerra Mundial será bem acolhida (item ix). Finalmente, espera-se que o candidato apresente argumentação referente à inclinação de respectivamente China e EUA para o conflito armado, tendo em vista o histórico de política externa e segurança e defesa das duas potências (item X).

Q1. Abordar a contribuição de Tucídides para o campo das Relações Internacionais.

Q2. Explorar o conceito de “Armadilha de Tucídides” apresentado nas epígrafes.

Q3. Descrever ascensão internacional da China e a distribuição de poder nas relações internacionais contemporâneas.

Q4. Comparar a dinâmica EUA versus China à dinâmica EUA versus União Soviética no decurso da Guerra Fria.

Q5. Apresentar histórico do relacionamento EUA-China.

Q6. Descrever estado atual do relacionamento EUA-China.

Q7. Apresentar os pontos de convergência na referida relação bilateral.

Q8. Enumerar os irritantes no relacionamento sino-americano.

Q9. Explicar por que o conceito de “interdependência complexa” tornaria mais improvável um conflito armado.

Q10. Contrastar a inclinação das políticas externas da China e dos EUA para um conflito armado.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente

indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

- ALLISON, Graham. *A caminho da guerra: os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides?* 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2017.
- KISSINGER, Henry. *White House Years: The first volume of his classic memoirs.* New York: Simon & Schuster, 2011.
- KISSINGER, Henry. *Years of Renewal: The concluding volume of his memoirs.* New York: Simon & Schuster, 2011.
- KISSINGER, Henry. *Years of Upheaval: The second volume of his classic memoirs.* New York: Simon & Schuster, 2011.
- KISSINGER, Henry. *Sobre a China.* 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 e Q2. As relações com países da África, a partir dos anos de 1960, foram relevantes para a construção do paradigma universalista da política externa brasileira, contribuindo para a diversificação e a ampliação do alcance da inserção internacional do País. Também, para o desenvolvimento de uma matriz de política externa embasada na ideia de parcerias não excludentes com vistas à promoção da própria autonomia. A cooperação com países que apresentam problemas e vulnerabilidades relativamente similares contribuiu para ampliação da capacidade de ação do Brasil, no sistema internacional, em conjunto com desdobramentos do contexto internacional da segunda metade do século 20. As relações com os países do continente africano representavam também um esforço no sentido de diversificar as parcerias comerciais do País e de autonomia no sistema internacional, dimensões igualmente constitutivas do universalismo. Esses objetivos passaram a integrar a atuação internacional do Brasil, ainda que com variações, e assumindo formas específicas de acordo com políticas e orientações de governos.

Q3. Com a Política Externa Independente, o Brasil buscou ampliar a sua base de relacionamentos para além de seus eixos “tradicionais” (América do Sul, Europa Ocidental e Estados Unidos da América). O País passou a abrir novas frentes de atuação internacional, na África, na Ásia e no Oriente Médio – regiões em que, naquele momento, muitos países acabavam de conquistar ou estavam em processo de conquista de sua independência formal na esteira do processo de descolonização.

Q4 e Q5. Além dos aspectos mencionados, entre os objetivos do Brasil nas relações com os países do continente africano estão: internacionalização de empresas brasileiras, ampliação de exportações, estreitamento de laços políticos, econômicos e culturais, fornecimento de assistência de cooperação técnica, para o desenvolvimento, apoio para projetos de política externa e para candidaturas em organismos internacionais, assim como cooperação em defesa.

Q6 e Q7. As formas de cooperação em defesa presentes no Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola, no Domínio da Defesa, são: a) visitas mútuas, entre as Partes, de delegações de alto nível, à entidades civis e militares; b) reuniões entre instituições de defesa equivalentes; c) formação de quadros e pessoal técnico-militar, nos estabelecimentos de ensino das Partes; d) intercâmbio de instrutores e de estudantes de instituições militares; e) promoção de ações conjuntas de treino e instrução militar, exercícios militares conjuntos, bem como a correspondente troca de informação; f) participação em cursos teóricos e práticos, estágios, conferências, seminários, debates e simpósios de interesse da defesa; g) consultoria no domínio da potenciação, emprego do armamento e de técnica militar, como também outras áreas de interesse militar e técnico-militar; h) implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa, com a possibilidade da participação de entidades militares e civis de nível estratégico; i) fornecimento, manutenção, reparação e modernização de armamento e técnica militar; j) realização de pesquisas científicas e trabalhos de construção experimental para a criação, produção de armamento e técnica militar; k) facilitação de iniciativas comerciais relativas a materiais e serviços relacionados à área da defesa; l) participação como observadores, em

manobras e outros exercícios militares nacionais; m) visitas de navios de guerra e aeronaves militares; n) intercâmbio de delegações e troca de experiências; o) organização e participação em eventos culturais e desportivos.

Q8. A Política Nacional de Defesa (PND) fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado quanto ao que fazer para alcançá-los. A Estratégia Nacional de Defesa (END) dispõe a respeito de como fazer o que foi estabelecido pela Política. A PND é o documento condicionante do planejamento de ações destinadas à defesa nacional. Os termos do modelo de defesa propostos nos documentos consideram a intensificação da projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais. A edição de 2012 da PND e da END foi realizada de maneira conjunta.

Q9 e Q10. A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, ambas de 2012, indicam que o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a Região Sul-Americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África. Aponta que entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico e de incremento à participação brasileira no cenário internacional estão: a intensificação da cooperação e do comércio com países da África, a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais em instâncias como a Cúpula América do Sul-África (ASA), no Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). O documento aponta que o Brasil atribui prioridade, entre outros, aos países da África, em especial aos da África Ocidental e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países..

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

- BRASIL. *Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no domínio da Defesa*. Brasília, 23 de junho. MRE. 2010b.
- BRASIL. *Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, 2012.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- RIBEIRO, Claudio Oliveira. As relações Brasil-África entre os governos Collor e Itamar Franco. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 1, 2009, pp. 289-329.
- SEABRA, Pedro. A harder edge: reframing Brazil's power relation with Africa. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 57, n. 1, 2014.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

A questão busca identificar o conhecimento do candidato em relação ao protagonismo brasileiro desempenhado frente à Força-Tarefa Marítima (FMT) da Força Interina das Nações Unidas, no Líbano (UNIFIL), entre 2011 e 2021, além de verificar se os postulantes à carreira diplomata compreendem a importância da segurança marítima no Atlântico Sul para a política externa. O (a) candidato (a) deverá contextualizar a criação da UNIFIL no período da Guerra Civil Libanesa (1975-1990) e o tenso relacionamento entre Líbano e Israel, que ocupou o Sul do país entre 1985 e 2000 (item i). Na sequência, deverá apontar a ampliação do mandato da missão, por intermédio da Resolução no 1.701/2006 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), criando a FMT, após novas alterações na porção setentrional do território libanês entre, de um lado, as Forças de Defesa de Israel (FDI) e, de outro, a milícia Hezbollah, no verão de 2006 (item ii). A FMT-UNIFIL é o único componente naval em operações de manutenção da paz em toda história da modalidade, o que comprova seu caráter único e extraordinário, característica que caberá ao(à) candidato(a) demonstrar (item iii). Aqui, deverá se referir à cessão de meios navais – especialmente da nau-capitânia da Força-Tarefa, além de 200 militares da Marinha do Brasil –

para patrulhar as áreas jurisdicionais libanesas com vistas, principalmente, a coibir o contrabando de armas para o território do Líbano, contribuindo, assim, para a estabilização do país (item iv). Deverá situar a disposição em assumir a liderança da FMT-UNIFIL na tradição brasileira em contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais, com base na preferência pela solução pacífica das controvérsias, no respeito ao Direito Internacional – obrigações contidas no art. 4 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil – e na opção pelo multilateralismo (item v). É nesse contexto que o (a) candidato (a) deverá fazer uma reconstituição da participação brasileira em operações de manutenção da paz das Nações Unidas, destacando o emprego de tropas nas operações desdobradas em Suez, Angola, Moçambique, Timor-Leste, Haiti e República Democrática do Congo (item vi). O Brasil é lar da principal e mais numerosa diáspora no mundo, contando com aproximadamente sete a 10 milhões de descendentes de libaneses em sua população. Essa dimensão humana do relacionamento bilateral deverá ser ressaltada como elemento importante, justificando a presença da Marinha do Brasil por prolongado período na FMT-UNIFIL (item vii). Finalmente, o (a) candidato deverá se referir à retirada dos militares brasileiros do Líbano, no início de 2020, após praticamente uma década ininterrupta, comandando o componente naval da UNIFIL (item viii), demonstrando a mudança de foco da Marinha do Brasil para a cooperação naval, a segurança marítima e o combate aos ilícitos transnacionais no Atlântico Sul (por exemplo, pirataria, tráfico de armas, narcóticos e pessoas; pesca ilegal, não documentada e não regulamentada) – definida como parte integral do “entorno estratégico brasileiro” pela Estratégia Nacional de Defesa (END) (item ix). É exemplo dessa mudança de foco a criação da Operação GUINEX-I (Golfo da Guiné), que se vale dos mesmos meios navais anteriormente desdobrados na FMT-UNIFIL (item x).

Q1. Contextualizar a criação da UNIFIL (1978) no contexto da Guerra Civil Libanesa.

Q2. Abordar a ampliação do mandato da UNIFIL após guerra no sul do Líbano (2006).

Q3. Ressaltar o caráter único do componente naval da UNIFIL entre outras operações de manutenção da paz das Nações Unidas.

Q4. Descrever o papel desempenhado pela Marinha do Brasil no patrulhamento das águas entre Líbano e Israel no período.

Q5. Inserir protagonismo na FMT-UNIFIL no histórico brasileiro de contribuições com a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Q6. Apresentar a tradição brasileira em Operações de manutenção da paz das Nações Unidas, com referências às operações empregadas em Suez, Angola, Moçambique, Timor-Leste, Haiti e República Democrática do Congo.

Q7. Aludir às relações históricas entre o Brasil e o Líbano, especialmente diante da importante diáspora libanesa no Brasil.

Q8. Contextualizar a decisão de retirada dos militares brasileiros da UNIFIL.

Q9. Comentar a mudança de foco de atuação para o Atlântico do Sul. Crescimento das atividades ilícitas no Golfo da Guiné (pirataria, narcotráfico, pesca ilegal).

Q10. Referir-se à criação da Operação GUINEX-I.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

- KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. *O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado*. 1. ed. Brasília: IPEA, 2012.
- GOULART, Felipe Haddock Lobo; SCHERER, Lígia Maria; VELOSO, Pedro Augusto Franco. *Brasil-Líbano: legado e futuro*. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2017.
- FISK, Robert. *Pobre Nação. As Guerras Do Líbano No Século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ECONOMIA

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Ao longo das décadas de 1960 e de 1970, a dívida externa de países em desenvolvimento era apontada como sustentável.

Q2. Isso ocorria porque as taxas de crescimento das exportações dos países em desenvolvimento estavam acima das taxas de juros internacionais para os empréstimos a esses países.

Q3. O empréstimo oficial era percebido como lento e burocrático, de modo que o empréstimo bancário foi preferido pelos países e visto como de pouco risco pelos bancos.

Q4. Caso não tivessem contraído esses empréstimos, os países em desenvolvimento teriam sido forçados a contrair suas importações de países industriais, agravando a recessão após o primeiro choque do petróleo.

Q5. Esse processo (de empréstimos com bancos privados e rolagem de dívida via tais bancos, e não por canais oficiais) ficou conhecido como reciclagem competitiva.

Q6. O aumento da taxa de juros em dólar, que ocorreu nos anos de 1981 e de 1982, modificou esse cenário.

Q7. Tal fato provocou o aumento das relações juros versus exportação, em 1982, dos países em desenvolvimento.

Q8. O problema foi diagnosticado como sendo de liquidez e não de solvência, o que favorecia a rolagem das dívidas.

Q9. Entretanto, dívida soberana não apresenta efeito colateral da mesma forma que dívidas privadas, o que aumentou o risco para os credores.

Q10. Por isso, foi estabelecido o cartel de credores como forma de socializar os riscos da operação de rolagem.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

- SIMONSEN, M. H.; WERLANG, S. R. O problema da dívida dos países em desenvolvimento: uma análise via teoria dos jogos. *In.: Revista Brasileira de Economia*, 44(3), 1990, pp. 457-483.

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Para verificar que a proposta é contraditória, é necessário entender o que é o balanço de pagamentos e seus componentes – a conta de transações correntes, a conta de capital, a conta financeira e a relação com os haveres da autoridade monetária. Na definição do Banco Central do Brasil, tem-se o seguinte: “o balanço de pagamentos é o registro estatístico de todas as transações – fluxo de bens e direitos de valor econômico – entre os residentes de uma economia e o restante do mundo, ocorridos em determinado período de tempo.” Cada uma dessas transações é classificada como transação corrente, ou como transação de capital ou financeira, o que determina as contas que compõem o balanço de pagamentos. Para a organização das estatísticas, o Banco Central do Brasil adota metodologia que se conforma com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6), do Fundo Monetário Internacional (FMI), desde junho de 2015.

A conta de transações correntes traz a soma dos resultados da balança comercial, da balança de serviços, da balança de rendas e das transações unilaterais correntes. A balança comercial é o resultado das exportações menos as importações de bens, os definidos como itens físicos e produzidos, sobre os quais direitos de propriedade podem ser estabelecidos e transferidos de uma unidade institucional para outra por meio de transações. A balança de serviços é calculada a partir do resultado dos gastos de não residentes no Brasil, menos os gastos dos residentes no Brasil com serviços no exterior. Entre os serviços apurados, citam-se transportes, viagens internacionais, seguros e serviços governamentais. Em Rendas, são incluídas receitas advindas de salário e ordenado; lucros e dividendos; e juro. Por último, as transferências unilaterais correntes são o resultado líquido dos seguintes tipos de operação: as recebidas por residentes no Brasil têm valor positivo; e as enviadas por residentes no Brasil, valor negativo.

A conta capital registra as transferências de ativos não financeiros, não produzidos, e transferências de capital (ativos reais e financeiros). A conta financeira registra fluxos de transações e de capital, e está dividida em investimento direto, investimento em carteira, derivativos, e outros investimentos. Pela definição do BPM6, “direct investment is a category of cross-border investment associated with a resident in one economy having control or a significant degree of influence on the management of an enterprise that is resident in another economy. [...]”.

A abertura de uma filial de uma empresa estrangeira no Brasil, os empréstimos entre a matriz e as filiais e a detenção do controle de empresas de países diferentes são exemplos de investimento direto. Investimentos em carteira são a aquisição de ações e de outros títulos. Derivativos são contratos cujo valor é determinado a partir de outro ativo (de onde “derivam”).

Finalizam os componentes do balanço de pagamentos os haveres da autoridade monetária, que são as reservas internacionais sob controle da administração. São considerados reservas nacionais ouro, direitos especiais de saque (ativos emitidos pelo FMI), posição de reservas no FMI, reservas em moeda estrangeira, além de outros ativos de alta liquidez.

O cálculo do balanço de pagamentos adota o princípio das partidas dobradas. Por esse princípio, cada transação no balanço de pagamentos será registrada duas vezes, uma como crédito (recursos que entram no País) e outra como débito (recursos que saem do País). No caso da exportação de soja, por exemplo, no valor de 100, essa exportação será registrada como crédito em exportações, mas terá de representar débito em algum outro item. Se o exportador recebeu dólares por sua exportação e os vendeu a um operador de câmbio, haverá um aumento de ativo externo pelo operador de câmbio, o que representa débito.

Nesse contexto, a proposta de saldos nas contas de transações correntes, de capital e financeira sem aumento de reservas não pode prosperar porque cada transação que tende a aumentar o saldo em transações correntes tende a reduzir o saldo nas contas de capital e financeira. Por exemplo: uma exportação tem a tendência de aumentar o saldo em transações correntes, porém deve haver um destino para a moeda estrangeira adquirida pela exportação. Se ela for utilizada para

adquirir bens ou serviços do exterior, irá cancelar o efeito sobre as transações correntes, assim como ocorrerá se o dinheiro for transferido unilateralmente a um não residente.

Se, porém, a moeda estrangeira for utilizada para a compra de ativos no exterior – ações ou títulos, por exemplo – será aumentado investimento de residentes brasileiros no exterior, o que tende a reduzir o saldo do investimento no Brasil, diminuindo o saldo da conta de capital.

Fica claro, portanto, que a tendência de todo saldo em transação corrente é um deficit semelhante nas contas financeira e de capital, e vice-versa. A única exceção para essa tendência advém do fato de as reservas internacionais não estarem incluídas nas contas financeira e de capital. Nesse caso, um país pode estar com saldo nas contas de capital e financeira, mas se todo o saldo nas transações correntes for compensado por aquisição de reservas pela autoridade monetária, será possível manter saldo positivo nos dois aspectos do balanço de pagamentos.

Na prática, observa-se que países com superávits em transações correntes tendem a apresentar deficit em investimento externo líquido, e vice-versa. Com efeito, nem os Estados Unidos da América (EUA) e nem a China apresentam consistentemente superavit em ambos. De maneira geral, os EUA acumulam deficit em transações correntes há décadas, enquanto a China apresenta superavit. Do ponto de vista dos investimentos externos, ocorre o inverso e, enquanto os EUA acumulam superavit, a China acumula deficit. Nesse caso, a política chinesa incrementou o nível de reservas a até um pico de US\$ 3,9 trilhões em 2014, o que representou quase 40% do produto interno bruto chinês à época.

Q1. Definir satisfatoriamente o que é o balanço de pagamentos.

Q2. Citar os componentes principais do balanço de pagamentos.

Q3. Mencionar as autoridades responsáveis pelo levantamento das estatísticas no Brasil e pela padronização do sistema.

Q4. Elaborar os componentes da conta de transações correntes.

Q5. Elaborar os componentes da conta capital.

Q6. Elaborar os componentes da conta financeira.

Q7. Explicar o princípio de partidas dobradas.

Q8. Explicar como saldos em transações correntes tendem a ser compensados por deficits nas contas de capital e financeira.

Q9 e Q10. Explicar como o balanço de pagamentos de duas grandes economias diferem do que sugere o enunciado, a exemplo China e EUA..

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

IMF (2009). *Balance of Payments and International Investment Position Manual*. International Monetary Fund.

BCB (2014). *Estatísticas do Setor Externo – Adoção da 6a Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos*. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/nm1bpm6p.pdf>>. Acesso em: 30 abr 2022.

BCB (2015). *Estatísticas do Setor Externo* – Adoção da 6a Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos (BPM6). Nota Metodológica no 2 – Transações correntes. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/notas_metodologicas/balanco_pagamentos/bpm6/nm2bpm6p.pdf>. Acesso em: 30 abr 2022.

BCB (2015). *Estatísticas do Setor Externo* – Adoção da 6a Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos (BPM6). Nota Metodológica no 3 – Investimentos diretos e renda primária (lucros). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/notas_metodologicas/balanco_pagamentos/bpm6/nm3bpm6p.pdf>. Acesso em: 30 abr 2022.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Conceito de vantagem comparativa. Vantagem comparativa é a capacidade de um agente ou país de realizar uma atividade de maneira mais eficiente (com menor custo de oportunidade) do que as demais atividades. Um país possui vantagem comparativa na produção de um bem se ele for capaz de produzir esse bem de maneira mais eficiente (com menor custo de oportunidade) do que os demais bens.

Q2. Como vantagens comparativas podem dar origem ao comércio internacional? A existência de países com vantagens comparativas na produção de bens diferentes pode dar origem ao comércio internacional ao permitir que cada país se concentre na produção do bem sobre o qual possui vantagem comparativa, exportando parte de sua produção em troca dos bens sobre os quais o país não possui vantagem comparativa.

Q3. Vantagens comparativas no modelo ricardiano. No modelo ricardiano, as vantagens comparativas decorrem de diferenças na tecnologia de produção: países diferem na produtividade do trabalho – que é o único fator de produção – entre produtos, e um país terá vantagem comparativa na produção do bem que necessitar da menor quantidade de trabalho por unidade produzida.

Q4. Vantagens comparativas no modelo Hecksher-Ohlin. No modelo Hecksher-Ohlin, as vantagens comparativas decorrem de diferenças na dotação relativa de fatores de produção (que, ao contrário do modelo ricardiano, são ao menos dois): um país terá vantagem comparativa sobre o bem cuja produção necessitar mais intensivamente do fator de produção que for relativamente abundante naquele país.

Q5. Definição de comércio intrassetorial. Comércio intrassetorial ocorre quando há comércio de um mesmo tipo de bem nas duas direções – isto é, quando um mesmo país exporta e importa um mesmo tipo de bem.

Q6. Ausência de comércio intrassetorial nos modelos ricardiano e Hecksher-Ohlin. Em ambos os modelos, o comércio decorre do fato de que países concentram sua produção em diferentes bens para aproveitar as vantagens comparativas, de modo que não há razão para o surgimento de comércio internacional de bens semelhantes.

Q7. Economias de escala. Nesses dois modelos, há retornos constantes de escala: os custos unitários são constantes, independentemente do volume produzido. A introdução de economias de escala (retornos crescentes de escala) implica que custos unitários serão inversamente proporcionais à quantidade produzida.

Q8. Concorrência monopolística. Nos dois modelos, há também concorrência perfeita, isto é, nenhum produtor ou consumidor possui poder de mercado, e os lucros econômicos são nulos. A introdução de concorrência monopolística implica que firmas produzem variedades diferenciadas de um mesmo bem com poder de mercado, mas a existência de um grande número de variedades substitutas faz com que os lucros econômicos também sejam nulos.

Q9. Economias de escala e concorrência monopolística podem dar origem ao comércio internacional. A existência de economias de escala e concorrência monopolística pode levar ao surgimento de comércio internacional, mesmo na

ausência de diferenças em tecnologias ou dotação de fatores entre países, uma vez que firmas em diferentes países podem se especializar em variedades específicas para aproveitar as economias de escala e trocar o excedente com outros países.

Q10. Economias de escala e concorrência monopolística podem explicar o comércio intrassetorial. Nesse caso, é possível que firmas em diferentes países se especializem na produção de variedades de um mesmo tipo de bem, de modo que um mesmo país pode exportar e importar um mesmo produto (em variedades diferentes), dando origem ao comércio intrassetorial.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M. J. *Economia Internacional* (10. ed.). São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015, caps. 3, 5, 7.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

A produção de uma firma é o processo de transformação de insumos em produtos. Do ponto de vista econômico, os insumos, ou fatores de produção, podem ser classificados como trabalho (incluindo a mão de obra envolvida na operação dos demais fatores físicos), terra (isto é, o local de produção), capital (incluindo as instalações, ferramentas, máquinas e matérias primas) e capacidade empresarial (a capacidade de organizar os demais fatores da maneira mais eficiente possível). A função de produção permite determinar quanto será produzido a partir da quantidade de cada fator empregado no processo. Ela reflete a tecnologia de produção adotada pela firma. Conforme essa tecnologia, pode-se definir os rendimentos de escala, que mostram a relação entre o crescimento percentual da quantidade de todos os fatores empregados e o crescimento percentual da produção resultante. Há processos com rendimentos crescentes, constantes ou decrescentes de escala, conforme o aumento percentual da produção seja superior, igual ou inferior ao aumento percentual da quantidade de fatores empregados.

A firma também depende dos custos de produção de seus bens ou serviços para tomar sua decisão de ofertar. Esses custos são a soma do valor monetário de cada fator utilizado, considerando o custo de oportunidade, ou seja, o melhor retorno que se teria com cada fator caso não fosse usado na produção da firma em questão. Na análise dos custos, a firma deve considerar acerca de quais fatores ela pode tomar decisões. Se puder decidir a respeito de todos os fatores de produção, a análise é de longo prazo. Se, porém, algum fator tem sua quantidade fixada, a análise é de curto prazo. Assim, para esses fatores cuja quantidade não pode ser mudada, consideram-se os custos fixos. Por outro lado, no longo prazo, todos os fatores podem ser mudados, e a firma analisa apenas custos variáveis.

Para a decisão de quanto produzir, de acordo com o preço de mercado sob concorrência perfeita, a firma deve realizar também a análise do custo médio de cada unidade produzida, ou seja, o custo total da produção rateado pelo total de unidades do produto. Por fim, irá considerar ainda o custo de produzir a próxima unidade do produto, que é o custo marginal. Enquanto o custo marginal está abaixo do custo médio, é mais eficiente para a firma aumentar sua quantidade produzida. Isso significa que a firma apenas produz quantidades que estejam acima do ponto de equilíbrio médio-marginal, ponto em que o custo médio e o marginal se igualam. O preço a ser cobrado deve ser, no mínimo, igual ao custo marginal. Como há concorrência perfeita, a firma se mantém no menor preço possível, e a curva de oferta coincide, então, com a curva de custo marginal, a partir do equilíbrio médio-marginal. É assim que eventos que afetem a estrutura de custos da firma mudam também a curva de oferta, por meio do custo marginal.

Q1. Enumerar os fatores de produção (apenas a menção é suficiente, sendo considerados eventuais sinônimos, como “trabalho” e “mão de obra”). Do ponto de vista econômico, os insumos, ou fatores de produção, podem ser classificados

como trabalho (incluindo a mão de obra envolvida na operação dos demais fatores físicos), terra (isto é, o local de produção), capital (incluindo as instalações, ferramentas, máquinas e matérias primas) e capacidade empresarial (a capacidade de organizar os demais fatores da maneira mais eficiente possível).

Q2. Definir função de produção. A função de produção permite determinar quanto será produzido a partir da quantidade de cada fator empregado no processo.

Q3. Classificar os crescimentos de escala. Conforme essa tecnologia, podem-se definir os rendimentos de escala, que mostram a relação entre o crescimento percentual da quantidade de todos os fatores empregados e o crescimento percentual da produção resultante. Há processos com rendimentos crescentes, constantes ou decrescentes de escala, conforme o aumento percentual da produção seja superior, igual ou inferior ao aumento percentual da quantidade de fatores empregados.

Q4. Definir os custos de produção (não é necessário separar por fator). Esses custos são a soma do valor monetário de cada fator utilizado, considerando o custo de oportunidade. Em outras palavras, o melhor retorno que se teria com cada fator caso não fosse usado na produção da firma em questão.

Q5. Distinguir curto prazo de longo prazo. Se puder decidir a respeito de todos os fatores de produção, a análise é de longo prazo. Se, porém, algum fator tem sua quantidade fixada, a análise é de curto prazo.

Q6. Enunciar que, no longo prazo, há apenas custos variáveis. Assim, para esses fatores cuja quantidade não pode ser mudada, consideram-se os custos fixos. Por outro lado, no longo prazo, todos os fatores podem ser mudados, e a firma analisa apenas custos variáveis.

Q7. Definir custos médios. A firma deve realizar também a análise do custo médio de cada unidade produzida, que é o custo total da produção rateado pelo total de unidades do produto.

Q8. Definir custos marginais. Por fim, vai considerar ainda o custo de produzir a próxima unidade do produto, o custo marginal.

Q9. Enunciar que, sob concorrência perfeita, a firma produz nos pontos acima do equilíbrio médio-marginal (não é necessário mencionar esse nome). “Enquanto o custo marginal está abaixo do custo médio, é mais eficiente para a firma aumentar sua quantidade produzida. Isso significa que a firma apenas produz quantidades que estejam acima do ponto de equilíbrio médio-marginal, ponto em que o custo médio e o marginal se igualam.

Q10. Enunciar que a curva de oferta corresponde à curva de custo marginal a partir do equilíbrio médio-marginal. O preço a ser cobrado deve ser, no mínimo, igual ao custo marginal. Como há concorrência perfeita, a firma se mantém no menor preço possível, e a curva de oferta coincide, então, com a curva de custo marginal, a partir do equilíbrio médio-marginal.

Caso queira, embora não haja necessidade, o candidato pode usar formulações matemáticas como parte do argumento. Se o fizer, eventuais erros na formulação serão devidamente considerados na correção e pontuação da resposta.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

DIREITO

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Espera-se que o candidato discorra acerca da obrigação de solução pacífica de controvérsias internacionais, tanto no plano conceitual como no das características gerais desta obrigação no Direito Internacional. A título exemplificativo, segundo Yoshifumi Tanaka, “The obligation of peaceful settlement of international disputes means that States must settle disputes by peaceful means, not coercive means. It is not suggested that all international disputes must be resolved immediately. In appropriate circumstances, wisdom may require parties to freeze disputes and maintain the status quo. The 1959 Antarctic Treaty that freezes claims to territorial sovereignty over Antarctica is a case in point. However, it must be remembered that freezing of international disputes is only possible as long as all parties in dispute agree to do so. In addition, absence of solution must not constitute a threat to the maintenance of international peace and security.” TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 6.

Q2. Espera-se que o candidato disserte, com riqueza de detalhes e características, a respeito de negociação e de bons ofícios, ambos como meios de solução pacífica de controvérsias internacionais. A título exemplificativo, segundo Yoshifumi Tanaka, (a) negociação: “Whilst negotiation is an elusive concept, the ICJ in the 2011 Georgia/Russia case clarified to some extent the concept of negotiations. Three points in particular merit highlighting. First, negotiations must be distinct from mere protests or disputations. Negotiation entails more than the plain opposition of legal views or interests between two parties, or the existence of a series of accusations and rebuttals, or even the exchange of claims and directly opposed counterclaims. Second, negotiation requires, at the very least, a genuine attempt by one of the disputing parties to engage in discussion with the other disputing party with a view to resolving the dispute, even though an obligation to negotiate does not imply an obligation to reach agreement.” Third, to meet the precondition of negotiation in the compromissory clause of a treaty, these negotiations must relate to the subject matter of the treaty containing the compromissory clause. In other words, the subject matter of the negotiations must relate to the subject matter of the dispute which must concern the substantive obligations contained in the treaty in question.” TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p.30. (b) Bons ofícios: “Good offices are a procedure in which a third party seeks to facilitate efforts towards a peaceful settlement of disputes between parties by providing them with a channel of communication. Good offices may be performed by a single State or a group of States, or by non-State actors, such as international institutions and individuals acting independently. [...] Normally good offices involve no more than helping to bring the parties in dispute into direct negotiations. However, the role of a third party exercising good offices may change over time and involvement of the third party may be deepened according to the developments of the events concerning the dispute. Hence the distinction between good offices and mediation is thin in practice.” TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p.43.

Q3. Espera-se que o candidato disserte, com riqueza de detalhes e características, acerca de mediação; e conciliação, ambas como meios de solução pacífica de controvérsias internacionais. A título exemplificativo, segundo Yoshifumi Tanaka, (c) mediação: “Mediation is a process whereby a third party actively assists two or more parties in dispute, with their consent, to develop a mutually acceptable solution in the settlement of an international dispute by offering its own proposals. By offering mediation, a third party intervenes in the negotiation process between parties to a dispute with a view to reconciling the claims of the contending parties and to advance his own proposals aimed at a mutually acceptable compromise solution. The ICJ formulated mediation as third States, on their own initiative, endeavoured to bring together the viewpoints of the States concerned by making specific proposals to them? The importance of mediation in the peaceful settlement of international disputes was acknowledged by UN General Assembly

Resolution 70/304 of 2016.” TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 45. (d) Conciliação: “Conciliation performs a dual function: (i) To investigate and elucidate the issues of facts, and (ii) to facilitate the settlement of disputes by suggesting mutually acceptable solutions to the parties in dispute. [...] Three requirements must be met to secure the effectiveness of conciliation: independence and impartiality of conciliation commission, confidentiality and non aggravation of the situation. [...] Normally a conciliation commission is composed of three or five members. While the modes of selecting conciliators vary according to treaties, usually each party to a dispute appoints either one of the three conciliators or two of the five conciliators. The third or the fifth conciliator is then appointed by a joint decision of the two parties to the dispute or by a joint decision of either the two or the four conciliators already appointed by the parties. Under the traditional conciliation, composition of a conciliation committee is largely left in the hands of the parties in dispute.” TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p.65-68.

Q4. Espera-se que o candidato disserte, com riqueza de detalhes e características, quanto ao inquérito, como meio de solução pacífica de controvérsias internacionais. A título exemplificativo, segundo Yoshifumi Tanaka, (e) inquérito: “As noted, the primary role of inquiry is to facilitate the settlement of international disputes by elucidating issues of facts underlying international disputes. The role of inquiry is increasingly important in the settlement of international disputes involving scientific and technical matters, such as international water disputes.⁶ Inquiry can also contribute to the prevention of international disputes.” TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p.53.

Q5. Espera-se que o candidato elenque, de forma sucinta e objetiva, 2 (dois) Tratados internacionais, contendo menção expressa à obrigação de solução pacífica das controvérsias internacionais. A título exemplificativo, segundo Yoshifumi Tanaka, “The obligation of peaceful settlement of international disputes is clearly embodied in Article 2(3) of the Charter of the United Nations (hereafter the UN Charter). [...] Whilst the obligation under this provision is primarily incumbent upon members of the United Nations, it is binding on every State as a rule of customary international law. This obligation is also to apply to the United Nations itself. Subsequently the obligation of peaceful settlement of international disputes is confirmed in multiple international instruments, such as the 1970 Friendly Relations Declaration, the 1982 Manila Declaration, and the 2012 Declaration on the Rule of Law.” TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p.05-06.

Q6. Espera-se que o candidato elenque, de forma sucinta e objetiva, 2 (duas) Declarações internacionais, contendo menção expressa à obrigação de solução pacífica das controvérsias internacionais. A título exemplificativo, segundo Yoshifumi Tanaka, “The obligation of peaceful settlement of international disputes is clearly embodied in Article 2(3) of the Charter of the United Nations (hereafter the UN Charter). [...] Whilst the obligation under this provision is primarily incumbent upon members of the United Nations, it is binding on every State as a rule of customary international law. This obligation is also to apply to the United Nations itself. Subsequently the obligation of peaceful settlement of international disputes is confirmed in multiple international instruments, such as the 1970 Friendly Relations Declaration, the 1982 Manila Declaration, and the 2012 Declaration on the Rule of Law.” TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p.05-06.

Q7. Espera-se que o candidato descreva, ainda que de forma objetiva, o contexto de formação, a estrutura e a função do Pacto de Bogotá ou “Tratado Americano de Soluções Pacíficas”, assinado pelo Brasil e por outros países, em Bogotá, em 30 de abril de 1948. A título exemplificativo, segundo María Teresa Infante Caffi, “The American Treaty on Pacific Settlement, or the “Pact of Bogota”, adopted at the Ninth International Conference of American States in 1948, relates to the structure of the Inter-American System while remaining independent from the Charter of the Organization of American States (oas), which sets forth the political premises of the System. The Pact inherits proposals already advanced by the Inter-American Juridical Committee since 1945, when a draft Inter-American System of Peace emerged. Draft studies conducted over the years 1938-45 and the work of the Inter-American Juridical Committee to coordinate and systematize Inter-American Peace Agreements had shown preferences for a combination of procedures for dispute settlement, including voices in favor of a regional court. On the whole, the concept of an Inter-American System of Peace was enshrined at the Chapultepec Conference. Judicial and arbitral procedures subsequently took center stage in the discussion in Bogota,

resulting in an innovative scheme of compulsory jurisdiction subject to limits and exceptions. [...] The characteristics of the Pact of Bogota as an instrument for the settlement of disputes may be systematized as follows: • The Pact contains a complete set of mechanisms ranging from diplomatic means including conciliation, to adjudication through judicial and arbitral procedures; • It establishes a complex relationship between recourse to the International Court of Justice, the competence of the Court, and arbitration, whereas the latter may be available in case the ICJ declares itself to be without jurisdiction in controversies other than those set out in Articles V, VI and VII of the Treaty (Article XXXV). Thus, the “High Contracting Parties obligate themselves to submit [a dispute] to arbitration, in accordance with the provisions of Chapter Five of this Treaty”. • It lists a number of conditionalities that establish limits to the competence and admissibility of cases before international tribunals as well to other mechanisms of dispute settlement. • It allows for reservations by the parties with the result that they can be subject to different mechanisms or obligations with respect to each and every other party. [...] The jurisprudence illustrates that the jurisdictional clause embodied in Article XXXI considered together with Article VI, and even Article II, have stood up over the past 15 years. With all its weaknesses and despite the criticisms directed at it, the Pact has been considered a sort of corpus juris of international law in the Americas.” INFANTE CAFFI, María Teresa. The Pact of Bogota: Cases and Practice. ACIDI, Bogotá, v. 10. p. 85-116, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5910889.pdf>. Acesso em: 1o maio 2022.

Q8. Espera-se que o candidato explique a importância do Pacto de Bogotá ou “Tratado Americano de Soluções Pacíficas”, assinado pelo Brasil e por outros países, em Bogotá, em 30 de abril de 1948, para a resolução pacífica de controvérsias internacionais perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ). A título exemplificativo, segundo María Teresa Infante Caffi, “The American Treaty on Pacific Settlement, or the “Pact of Bogota”, adopted at the Ninth International Conference of American States in 1948, relates to the structure of the Inter-American System while remaining independent from the Charter of the Organization of American States (oas), which sets forth the political premises of the System. The Pact inherits proposals already advanced by the Inter-American Juridical Committee since 1945, when a draft Inter-American System of Peace emerged. Draft studies conducted over the years 1938-45 and the work of the Inter-American Juridical Committee to coordinate and systematize Inter-American Peace Agreements had shown preferences for a combination of procedures for dispute settlement, including voices in favor of a regional court. On the whole, the concept of an Inter-American System of Peace was enshrined at the Chapultepec Conference. Judicial and arbitral procedures subsequently took center stage in the discussion in Bogota, resulting in an innovative scheme of compulsory jurisdiction subject to limits and exceptions. [...] The characteristics of the Pact of Bogota as an instrument for the settlement of disputes may be systematized as follows: • The Pact contains a complete set of mechanisms ranging from diplomatic means including conciliation, to adjudication through judicial and arbitral procedures; • It establishes a complex relationship between recourse to the International Court of Justice, the competence of the Court, and arbitration, whereas the latter may be available in case the ICJ declares itself to be without jurisdiction in controversies other than those set out in Articles V, VI and VII of the Treaty (Article XXXV). Thus, the “High Contracting Parties obligate themselves to submit [a dispute] to arbitration, in accordance with the provisions of Chapter Five of this Treaty”. • It lists a number of conditionalities that establish limits to the competence and admissibility of cases before international tribunals as well to other mechanisms of dispute settlement. • It allows for reservations by the parties with the result that they can be subject to different mechanisms or obligations with respect to each and every other party. [...] The jurisprudence illustrates that the jurisdictional clause embodied in Article XXXI considered together with Article VI, and even Article II, have stood up over the past 15 years. With all its weaknesses and despite the criticisms directed at it, the Pact has been considered a sort of corpus juris of international law in the Americas.” INFANTE CAFFI, María Teresa. The Pact of Bogota: Cases and Practice. ACIDI, Bogotá, v. 10. p. 85-116, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5910889.pdf>. Acesso em: 1o maio 2022.

Q9. Espera-se que o candidato delimite a possível relação entre a obrigação de solução pacífica de controvérsias internacionais e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, fazendo apenas menção, básica e elementar, ao princípio da solução pacífica dos conflitos inscrito no art 4º, inciso VII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Q10. Espera-se que o candidato disserte, de modo criativo e analítico, a respeito da relação entre a obrigação de solução pacífica de controvérsias internacionais, no âmbito geral do Direito Internacional, e os princípios que devem reger

a República Federativa do Brasil, em suas relações internacionais, mais particularmente, a solução pacífica dos conflitos, contida no art. 4, inciso VII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 1º maio 2022.
- INFANTE CAFFI, María Teresa. The Pact of Bogota: Cases and Practice. *ACDI*, Bogotá, v. 10. p. 85-116, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5910889.pdf>>. Acesso em: 1º maio 2022.
- TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Espera-se que o (a) candidato(a) mencione que o Direito Internacional Humanitário é um conjunto de normas internacionais provenientes principalmente dos tratados e do costume internacional. Deve afirmar, ademais, que tais normas devem ser aplicadas em conflitos armados, internacionais ou não (SWINARSKI, 1996; CICV, 2015).

Q2. A definição proposta pelo (a) candidato(a) deverá, também, mencionar que as normas de Direito Internacional Humanitário limitam, por razões humanitárias, o direito das partes em conflito de escolher livremente os métodos e os meios utilizados na guerra, e que protegem, além disso, as pessoas e os bens afetados ou que venham a ser afetados pelo conflito (SWINARSKI, 1996; CICV, 2015).

Q3. Espera-se que o (a) candidato(a) cite que a primeira Convenção de Genebra de 1949 disciplina a Melhoria das Condições dos Feridos e dos Enfermos das Forças Armadas em Campanha; que a segunda Convenção de Genebra de 1949 versa acerca da Melhoria das Condições dos Feridos, Enfermos e Náufragos das Forças Armadas no Mar; que a terceira Convenção de Genebra dispõe a respeito do Tratamento dos Prisioneiros de Guerra. Espera-se, ainda, que o (a) candidato(a) se recorde que a quarta Convenção de Genebra de 1949 regulamenta a Proteção dos Civis em Tempos de Guerra, como civis estrangeiros no território das partes em conflito, civis em territórios ocupados, civis detidos e internados e pessoal sanitário e religioso ou unidades de defesa civil; que o Primeiro Protocolo de 1977 fortalece a proteção das vítimas de conflitos armados internacionais, e que o Segundo Protocolo de 1977 disciplina a proteção das vítimas de conflitos armados não internacionais.

Q4. O (A) candidato(a) poderá recordar, por exemplo, que a norma básica da “distinção” obriga as partes a “distinguir, em todas as circunstâncias, entre pessoas e bens civis por um lado, e combatentes e objetivos militares por outro. Uma parte em um conflito armado pode dirigir um ataque unicamente contra combatentes e objetivos militares. Nem a população civil, nem indivíduos civis podem ser atacados, exceto se participarem diretamente das hostilidades e enquanto durar a sua participação” (CICV, 2015). Dessa forma, ataques indiscriminados são proibidos, como determinam os arts. 48 e 52 (2) do Primeiro Protocolo Adicional de 1977 e as Regras 7, 11, 12 e 13 do Estudo de Direito Consuetudinário de Direito Internacional Humanitário do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Deverá dizer que a Corte Internacional de Justiça, na Opinião Consultiva no caso “Armas Nucleares” (1996), afirma que o princípio da distinção é um dos “princípios cardeais” do Direito Internacional Humanitário e um dos “princípios inderrogáveis do direito consuetudinário internacional”.

Q5. Nesse quesito poderá citar, por exemplo, que os ataques contra um combatente ou um objetivo militar devem estar de acordo com o princípio da “proporcionalidade”. Isso significa que “é proibido lançar um ataque que provavelmente cause a morte incidental ou danos a civis e (ou) estragos excessivos aos bens civis em relação à vantagem militar concreta e direta prevista” (CICV, 2015). O dever de calcular a proporcionalidade do ataque está codificado nos arts. 51 (5) (b) e 57 do Primeiro Protocolo Adicional de 1977. Tornou-se regra do direito consuetudinário, aplicável tanto a conflitos internacionais quanto a conflitos não internacionais, e se encontra codificada na Regra 14 do Estudo de Direito Consuetudinário de Direito Internacional Humanitário do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Deverá se referir, por oportuno, que a Corte Internacional de Justiça, na Opinião Consultiva no caso “Armas Nucleares” (1996), reconheceu a aplicabilidade do princípio da proporcionalidade, ao afirmar que “o respeito ao meio ambiente é um dos elementos a serem levados em conta para avaliar se uma ação está em conformidade com os princípios da necessidade e da proporcionalidade”.

Q6. Poderá indicar, por exemplo, que, segundo o dever de precaução, uma parte em um conflito “deve tomar cuidado constantemente para poupar civis ou bens civis durante a realização de operações militares. A parte que conduz um ataque deve fazer todo o possível para verificar que os alvos sejam objetivos militares. Deve escolher meios e métodos de ataque que evitem, ou pelo menos minimizem, os danos incidentais a civis e a bens civis. Deve abster-se de lançar um ataque se parecer claro que as perdas ou danos causados seriam excessivos em relação à vantagem militar concreta e direta prevista” (CICV, 2015). Os arts. 57 e 58 do Primeiro Protocolo Adicional de 1977 determinam o dever de precaução quando objetivos civis e militares estão próximos um do outro. As Regras 18, 19, 22, 23 e 24 do Estudo de Direito Consuetudinário de Direito Internacional Humanitário do Comitê Internacional da Cruz Vermelha determinam que medidas de precaução devem ser tomadas em face dos efeitos dos ataques.

Q7. Poderá também relatar que as armas químicas e as armas biológicas (ou bacteriológicas) integram a categoria das armas de destruição em massa. Uma vez que seus efeitos são indiscriminados por natureza, seu uso é incompatível com o Direito Internacional Humanitário, embasado no dever de distinguir entre objetivos militares e civis, e entre civis e membros de forças armadas (BOUCHET-SAULNIER, 2014). Além disso, deverá relatar o banimento do emprego de armas químicas e biológicas depois da Primeira Guerra Mundial, mediante o Protocolo de Genebra para a Proibição do Emprego na Guerra de Gases Asfixiantes, Tóxicos ou Similares e de Meios Bacteriológicos de Guerra, de 1925. Cumpre mencionar do mesmo modo que tal banimento foi reforçado em 1972, com a Convenção sobre Armas Biológicas, que entrou em vigor em 1975 e constitui o primeiro tratado multilateral de desarmamento a proscrever uma categoria inteira de armas de destruição em massa.

Q8. Quanto às armas químicas, desde o século 19, há textos proibindo a utilização dessa categoria de armas. A Convenção sobre Armas Químicas firmada em 1992 banuiu o emprego de tais armas, seu desenvolvimento, armazenamento e transferência, além de exigir a destruição dos arsenais. Ensejou, ademais, a criação da Organização Internacional para a Proscrição das Armas Químicas, sediada na Haia. Finalmente, as Regras 74, 75 e 76 do Estudo de Direito Consuetudinário de Direito Internacional Humanitário do Comitê Internacional da Cruz Vermelha proíbem o emprego de armas químicas e biológicas.

Q9. A proibição abrangente ou universal do emprego de armas nucleares é inexistente, embora parte da doutrina considere que tais armas são de destruição em massa e, por consequência, geram efeitos indiscriminados. Por ambas as razões, deveriam ser proibidas nos termos do Primeiro Protocolo Adicional de 1977, que veda armas incapazes de distinguir entre civis e combatentes e que causam sofrimentos desnecessários (BOUCHET-SAULNIER, 2014). Apesar disso, potências nucleares, como os Estados Unidos da América, a França e o Reino Unido, apuseram reservas quanto a eventuais efeitos do Primeiro Protocolo sobre armas nucleares quando da assinatura ou adesão ao mencionado texto convencional.

Q10. Caberá, ademais, mencionar que a Corte Internacional de Justiça afirmou, em 1996, em opinião consultiva a pedido da Assembleia Geral das Nações Unidas, que o uso de armas nucleares não é nem formalmente proibido nem formalmente autorizado; que a ameaça ou uso de armas nucleares em violação do art. 2 (4) e do art. 51 da Carta das Nações Unidas é ilegal; que a ameaça ou o uso de armas nucleares seriam geralmente contrários a normas fundamentais do Direito

Internacional Humanitário, particularmente o princípio da distinção e a proibição de causar sofrimento desnecessário. Não obstante, a Corte não concluiu definitivamente se, na circunstância extrema de ameaça à sobrevivência de um Estado, o uso de armas nucleares seria legítimo..

Os quesitos correspondem aos seguintes tópicos do enunciado da questão:

Q01 e Q02: tópico 1;

Q03: tópico 2;

Q04, Q05 e Q06: tópico 3;

Q07 e Q08: tópico 4; e

Q09 e Q10: tópico 5.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

BOUCHET-SAULNIER, Françoise. *The Practical Guide Guide to Humanitarian Law*. 3. ed. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2014.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Direito Internacional Humanitário (DIH)*. Respostas às Suas Perguntas. Genebra: CICV, 2015.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Opinião Consultiva. *Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons*. ICJ Reports, 1996.

MALANCZUK, Peter. *Ackhurst's Modern Introduction to International Law*. 7. ed. Nova York: Routledge, 1997.

SWINARSKI, Christophe. *Introdução ao Direito Internacional Humanitário*. Brasília: CICV, Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 1996.

SHAW, Malcolm N. *International Law*. 6. ed. Cambridge: Cambridge, 2010.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Espera-se que o (a) candidato (a) apenas elenque a espécie “crime de genocídio”, prevista no art. 5, parágrafo 1º, alínea “a” do Estatuto de Roma.

Q2. Espera-se que o (a) candidato (a) apenas elenque a espécie “crimes contra a humanidade”, prevista no art. 5, parágrafo 1º, alínea “b” do Estatuto de Roma.

Q3. Espera-se que o (a) candidato (a) apenas elenque a espécie “crimes de guerra”, prevista no art. 5, parágrafo 1º, alínea “c” do Estatuto de Roma.

Q4. Espera-se que o (a) candidato (a) apenas elenque a espécie “crime de agressão”, prevista no art. 5, parágrafo 1º, alínea “d” do Estatuto de Roma.

Q5. Espera-se que o (a) candidato (a) cite 4 (quatro) exemplos de condutas ou atos criminosos previstos no Estatuto de Roma, ou seja, 1 (um) exemplo para cada uma das 4 (quatro) espécies de crimes da competência do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Q6. Espera-se que o (a) candidato (a) desenvolva o argumento segundo o qual o Tribunal Penal Internacional (TPI), em harmonia com o art. 25 do Estatuto de Roma, tem competência para responsabilizar apenas os indivíduos (pessoas físicas), criminal e diretamente, pelos crimes previstos no art. 5 do Estatuto de Roma.

Q7. Espera-se que o (a) candidato (a) discorra a respeito da exclusão da jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI) quanto às pessoas que, à data da alegada prática do crime, não tenham ainda completado 18 anos de idade, conforme o art. 26 do Estatuto de Roma.

Q8. Espera-se que o (a) candidato (a) assinala a possibilidade jurídica de adiamento de determinado inquérito e procedimento criminal, no sentido de que nem um inquérito ou procedimento crime poderá ter início ou prosseguir os seus termos mediante requisição do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), segundo art. 16 do Estatuto de Roma.

Q9. Espera-se que o (a) candidato (a) indique o fundamento jurídico de eventual solicitação pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), qual seja, Resolução aprovada nos termos do disposto no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, segundo art. 16 do Estatuto de Roma.

Q10. Espera-se que o (a) candidato (a) aponte o prazo (período) de 12 meses a contar da data em que o Conselho de Segurança assim o tiver solicitado em Resolução aprovada nos termos do disposto no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, podendo o pedido ser renovado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em conformidade com o art. 16 do Estatuto de Roma..

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Os Tribunais internacionais contemporâneos*. Brasília: FUNAG, 2013.

UNITED NATIONS. *Rome Statute of the International Criminal Court*. Disponível em: <[https://legal.un.org/icc/statute/english/rome_statute\(e\).pdf](https://legal.un.org/icc/statute/english/rome_statute(e).pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar a respeito da distinção entre a personalidade jurídica do Estado e a do seu representante. A personalidade jurídica do Estado é originária. Logo, todo Estado tem capacidade para celebrar tratados por meio de seu representante, que é, em regra, o chefe de Estado, mas pode ser um plenipotenciário (REZEK, 2018, pp. 60-61). No art. 1o, mencionam-se como partes do tratado o imperador D. Pedro II e a República do Paraguai, o que pode induzir que se trata de um instrumento celebrado entre uma pessoa física e um Estado.

Q2. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar quanto aos elementos constitutivos do Estado, isto é, o que faz com que um Estado seja um sujeito de Direito Internacional. A personalidade internacional originária do Estado ostenta três elementos conjugados: base espacial territorial, comunidade humana nacional, forma e governo independente (REZEK, 2018, p. 201). É importante que o candidato faça uma análise individualizadas desses três elementos.

Q3. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar acerca dos aspectos jurídicos da delimitação territorial como condição de igualdade entre Estados nacionais, tendo em vista que o exercício da soberania só se realiza especialmente até a fronteira com os vizinhos. Isso faz com que seja, muitas vezes, complexa a fixação dos limites

espaciais do exercício da soberania ou de direitos soberanos. (MAZUOLLI, 2020, p. 429). Para tanto, a celebração de tratados de delimitação territorial é necessária. (MAZUOLLI, 2020, p. 431).

Q4. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar com relação à delimitação territorial fluvial. Quando a fronteira entre Estados ribeirinhos é representada por cursos d'água, as controvérsias são ainda mais complexas. Sendo assim, alguns critérios têm sido utilizados pelos Estados, que compartilham cursos d'água internacionais. Espera-se que o candidato descreva os seguintes critérios: (i) critério de “uma das margens”, que corresponde à nacionalização do curso d'água contíguo, i.e., este encontra-se integralmente no território de um dos Estados ribeirinhos; (ii) critério do “condomínio”, segundo o qual o curso d'água é internacionalizado pelos Estados Partes do tratado internacional de delimitação; (iii) critério da “equidistância”, por meio do qual traça-se uma linha mediana entre as margens do curso d'água; (iv) critério do “talvegue”, segundo o qual a linha fronteira se confunde com o canal mais profundo do curso d'água internacional (MAZZUOLI, 2020, p. 432).

Q5. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar a respeito dos critérios adotados por Brasil e Paraguai nos Tratados de 1872, 1927, 1973 e 1975. No primeiro, as partes adotaram dois critérios: (i) “talvegue”, no trecho que segue o álveo do Rio Paraná, da foz do Iguazu até o Salto Grande das Sete Quedas; (ii) “talvegue” e “uma das margens” do trecho que vai da nascente principal do Rio Apa, até a sua foz na margem oriental do Rio Paraguai. No Tratado de 1927, adotou-se o critério do talvegue. No tratado de 1973, foi a vez do critério do condomínio. Por fim, no Tratado de 1975, legitimou-se um critério diferente dos quatro indicados no Q4, que corresponde a coordenadas geográficas por meio de georreferenciamento.

Q6. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar quanto à possibilidade jurídica de criação de obrigação convencional para terceiros Estados. Nos termos do art. 36 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, adotada em 1969, é possível que um tratado internacional crie direito a um Estado terceiro, i.e., Estado não parte, quando as partes do tratado têm a intenção de criar tal direito e o Estado terceiro, por sua vez, aceita-o de modo expresso ou tácito (AMARAL JÚNIOR, 2015, p. 75).

Q7. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar acerca do fato de que, por meio do Tratado de 1872, Brasil e Paraguai, no art. 2, preveem o direito de a Argentina e o Uruguai inspecionarem e opinarem acerca da demarcação entre Brasil e Paraguai por intermédio de um comissário nomeado por tais Estados terceiros. Tais direitos só vão ser adquiridos em caso de consentimento pelo Uruguai e Argentina. Por este motivo, o mesmo artigo, em sua parte final, determina que “Se os ditos governos [da Argentina e do Uruguai] não puderem aceder à solicitação que para esse fim lhes será dirigida, começará ou prosseguirá a demarcação, da fronteira, da qual será levantado por duplicada um mapa individual com todas as indicações e esclarecimentos precisos para ser um deles entregue à outra parte contratante, ficando a esta marcado o prazo de seis meses para mandar, se assim lhe convier, verificar a sua exatidão”.

Q8. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar a respeito da consolidação de um novo direito internacional dos cursos d'água, favorecido pela Declaração de Estocolmo (1972) e pela Declaração do Rio de Janeiro (1992), que culminaram na Convenção das Nações Unidas sobre Cursos d'Água, celebrada em 1997. Este novo direito internacional dos cursos d'água implica a obrigação de utilização equitativa, que é considerado um princípio do direito internacional (BIRNIE; BOYLE; REDGWELL, 2009, pp. 540-541). Nos termos do art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, são fontes do direito internacional os princípios gerais do direito (ACCIOLY; NASCIMENTO E SILVA; CASELLA, 2009, p. 122).

Q9. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar acerca do fato de que o equilíbrio entre considerações econômicas e ambientais deve ser feito a partir da consolidação do princípio do desenvolvimento sustentável em meados dos anos de 1980. Desde a década anterior, tem-se reconhecido de modo amplo e geral a obrigação de preservação ambiental quando da aplicação de um tratado internacional em vigor anteriormente (LEE, 2007, p. 283). Existindo essa obrigação, cujos efeitos são erga omne, o Brasil e o Paraguai se vinculam por meio dela.

Q10. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar em relação ao fato de que o Tratado bilateral de 1973, celebrado entre Brasil e Paraguai, deve ser cumprido pelas partes levando-se em conta a obrigação geral de não causar dano ambiental significativo aos Estados vizinhos ou em espaços fora de jurisdição nacional (BIRNIE; BOYLE; REDGWELL, 2009, p. 549). Desta forma, é possível que, quando da aplicação do Tratado de 1973, haja conflito entre a norma convencional e o princípio, aquela deve ser hermenêuticamente modificada para se adequar ao princípio (MAZZUOLI, 2020, p. 86)..

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

- ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G. E. do; CASELLA, Paulo Borba. *Manual de Direito Internacional Público*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- AMARAL JÚNIOR, Alberto do. *Curso de Direito Internacional Público*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- BIRNIE, Patricia; BOYLE, Alan; REDGWELL, Catherine. *International Law & the Environment*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- LEE, Karen. *International Environmental Law Reports*. Vol. 5. New York: Cambridge University Press, 2007.
- MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

LÍNGUA ESPANHOLA

RESUMEN

Desde 1998 hasta 2007 España vivenció un boom de crecimiento económico y se estableció como un país atractivo para la migración. Muchos latinoamericanos, entre otras nacionalidades, emigraron para España buscando oportunidades. A partir de ese momento, la cultura latina empezó a circular en las calles españolas y surgieron, así, las tiendas regionales. Para Juan Cruz Díez, sociólogo español y doctor en ciencias políticas por la Universidad Complutense de Madrid, este boom de migrantes latinoamericanos fue “lo mejor que le ha pasado a España”. Según el Instituto Nacional de Estadística (INE), viven alrededor de un millón y medio de latinoamericanos en España y los inmigrantes fortalecen el país de diversas maneras.

A partir del cambio de moneda en el 2000 para el euro, la economía española se volvió próspera y España se estableció como una nación llena de oportunidades. En consecuencia, ciudadanos latinoamericanos concurrieron para suplir la demanda de mano de obra. Podemos observar que América Latina se adecuó mejor a la migración por tener la lengua en común y su relación histórica y cultural. Para Dirk Godeanu, profesor de economía aplicada en la Universidad de La Laguna en Tenerife, “En términos generales, la migración tuvo un balance económico positivo en los servicios públicos y ayudó a solucionar problemas financieros en la Seguridad Social y las pensiones”.

Informaciones oficiales constatan que el aumento de población activa en España ocurrió principalmente de la mano de obra extranjera. Laura Oso, socióloga de la Universidad de A Coruña, en España, menciona que las mujeres migrantes de los años 90 tuvieron un papel principal para que generaciones más jóvenes de mujeres españolas pudieran conciliar su vida laboral y doméstica. Lo que preocupa es que, debido a la falta de regularización, muchos migrantes se someten a condiciones precarias de trabajo contribuyendo al aumento de la economía informal. Ya por otra parte, Godeanu señala que “Las instituciones financieras tienen en los latinoamericanos un objetivo preferido para abrir cuentas corrientes, enviar remesas y financiar hipotecas”, los latinoamericanos están dispuestos a realizar inversiones fortaleciendo un mercado de consumo diversificado.

Por último, el texto señala que España se estableció como el principal destino de inversionistas. Según datos de ICEX, América Latina es el cuarto inversor en importancia en el país siendo precedido apenas por Estados Unidos, Reino Unido y Francia. Alfredo Arahuetes, doctor de economía por la Universidad Pontificia Comillas de Madrid, declara que

"En el panorama económico siempre ha habido una tradición de inversión latinoamericana, pero en los últimos años se ha ido acelerando y acrecentando", siendo México el mayor inversionista. Además, los sectores inmobiliario y financiero en crisis se vieron beneficiados por el ingreso de capitales latinoamericanos. Los técnicos en finanzas concuerdan en que el ingreso de más capital latinoamericano favoreció varios sectores económicos de España. Según Arahetes: "España ganó estabilización en sectores críticos y los inversores latinoamericanos consiguieron presencia en Europa y otros mercados al comprar capital español" ..

Referências

CUETO, José Carlos. *4 maneras en que los latinoamericanos influyen en la economía y sociedad de España*. BBC News Mundo Disponible en: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-60763364>>. Acceso en: 9 de mayo de 2022.

VERSIÓN

Minervino oyó sonar el timbre, se levantó del sofá, tiró hacia un lado el libro que estaba leyendo/leía y fue a abrirle la puerta a su amigo Salema.

- Entra. Le dijo al amigo.
- Vine/He venido, apenas recibí/he recibido tu nota. ¿Qué quieres de mí?
- ¡Un gran servicio!/¡Un servicio/trabajo muy importante!
- ¡Ay, Dios mío! ¿Se trata de algún duelo?
- Se trata simplemente de amor. Siéntate aquí.

Los dos se sentaron. Eran dos muchachos/chicos/jóvenes de veinticinco años, oficiales de la misma Secretaría de Estado; dos colegas, dos compañeros, dos amigos, entre los cuales nunca había habido ninguna/la menor divergencia de opinión o sentimientos. Se estimaban/se querían mucho, se estimaban/se querían verdaderamente.

— Mandé/He mandado llamarte —continuó Minervino— porque aquí podemos hablar más a gusto/tranquilamente; allá/allí en tu casa tus sobrinos nos interrumpirían. ¿Esperar hasta mañana? Solo sería posible si no se tratase/tratara de algo que no se puede posponer/aplazar/inaplazable. ¡Tiene que ser hoy sí o sí/de cualquier manera/obligatoriamente!

- Estoy a tus órdenes.
- Bueno. ¿Recuerdas que un día te hablé de una viuda bonita/guapa, mi vecina, de la que/quien estaba muy enamorado?
- Sí, lo recuerdo. Un amorío. . .
- ¡Amorío que se convirtió en amor, amor que se convirtió en pasión!
- ¿Qué? ¿Estás enamorado?
- Enamoradísimo... ¡Y hay que acabar con esto!
- ¿De qué modo?/¿Cómo?
- ¡Casándome! Y tú eres el que/quien le propondrá matrimonio.
- ¿Yo? ¿En serio?

— Sí, mi amigo/amigo mío. Sabes bien lo tímido que soy. Solo me atrevo a mirarla durante unos momentos/instantes cuando me acerco a la ventana o a saludarla cuando entro o salgo. Si fuera a decirle algo, sería capaz de no articular ni tres palabras. ¿Recuerdas aquella vez que fui a pedirle al ministro que me asignase/asignara la plaza/el puesto de Florencio? Me eché/Empecé a temblar delante de él, y con mucha dificultad conseguí/pude/logré exponer lo que deseaba. Y cuando el ministro me dijo: "Váyase tranquilo, he de hacer justicia/haré justicia", (yo) le respondí/contesté: "¡Su excelencia/excelentísimo, si me nombra, no lloverá sobre mojado/no se equivocará/no repetirá el error!". — Pues/Ya ves, si así soy con los ministros, imagínate con las viudas.

- ¿Pero la conoces?

— Estoy perfectamente informado: es una señora digna y respetable, viuda del Señor Perkins, negociante americano. Vive allí enfrente, en el número 37. Te pido que la busques inmediatamente y le hagas el pedido de mi parte. Eres tan ingenioso/listo como yo tímido; estoy seguro de que tendrás éxito. Dile de mí lo mejor que puedas; aboga mi causa con tu elocuencia habitual, y la gratitud de tu amigo será eterna.

- ¡Pero qué locura! —observó Salema— ¡Esto no es cuestión urgente/un desangramiento! ¿Por qué tiene que ser hoy y no otro día? ¡No he venido/estoy preparado!

— Tiene que ser hoy/No puede dejar de ser hoy. La viuda Perkins se va mañana a la granja de su hermana, cerca de Vassouras, y no quería que se fuera sin dejar expresada mi decisión/sin que conociese/conociera mi decisión.

- Pero si no le hablas, ¿cómo sabes que se irá?

- ¡Ah! Como todos los novios/amantes/enamorados, tengo mi policía... pero vete, date prisa.

Referências

AZEVEDO, Artur. *Contos fora da moda*. São Paulo: Coleção Acervo Brasileiro, 2018.

LÍNGUA FRANCESA

RESUMÉ

Les découvertes des scientifiques ne sont pas toujours en accord avec les intérêts socioéconomiques ou politiques. En outre, la société est parfois plus encline à adhérer aux discours de charlatans qu'à écouter la raison et accepter les arguments et les faits qu'ils avancent. Les chercheurs s'aperçoivent ainsi qu'il est difficile d'être entendus. Pour pouvoir instaurer un dialogue avec la communauté, ils doivent rendre accessibles leurs connaissances, mais aussi se transformer en lanceurs d'alerte en expliquant quelles peuvent être les implications de leurs découvertes. Si quelques-uns refusent de s'engager et pensent que le message scientifique doit être neutre et reposer uniquement sur des faits pour être crédible, d'autres croient qu'il faut choisir un camp quand les conséquences sont graves et avérées. Pour ce qui est des projections socioéconomiques liées au changement climatique, elles ne peuvent pas toujours être validées, car on manque d'instruments scientifiques pour cela. C'est alors que la société doit comprendre la différence entre ce qui relève de la connaissance scientifique, ce qui concerne la recherche et ce qui est du ressort de la préconisation, sans oublier que la réception du message dépendra également de la personnalité et de la position sociale de l'interlocuteur. Par ailleurs, la propre recherche scientifique a un impact sur l'environnement que les chercheurs doivent prendre en compte pour montrer l'exemple, sans que leur travail en soit toutefois affecté. Ainsi, ils se retrouvent eux-mêmes confrontés à des contradictions dans l'exercice de leurs fonctions, ce qui est une vieille bataille, mais qui redevient particulièrement apparent avec les questions environnementales.

Referências

LEBEL, Thierry. *Manière de voir*. Octobre 2021.

VERSION

[...] L'Europe a toujours exercé sur l'imagination de nos hommes de lettres une dangereuse attraction. Il y a eu, peut-être, un temps où Magalhães, Gonçalves Dias, Porto-Alegre, Odorico Mendes, João Francisco Lisboa, Sales Torres-Homem, Maciel Monteiro, Gomes de Sousa, Varnhagen, Joaquim Caetano, Pereira da Silva, auraient pu former une Académie brésilienne à Paris. Cela n'est pas nouveau et continue aujourd'hui avec plus de force. Bien peu de nos hommes de lettres refuseraient à tout moment une expatriation loin du pays. Il y en a heureusement beaucoup parmi nous qui, du fond du cœur, par sentiment, par imagination, par esprit, pour tout le plaisir de vivre, préfère le cadre, l'aspect, la sensation de notre terre brésilienne à tous les panoramas d'art de l'Europe. Pour être ainsi si sincère, si définitivement brésilien, – chez certains, cela vient d'une réaction naturelle contre l'égoïsme esthétique –, il semble, à en juger par notre confrère, l'auteur de « La retraite de Laguna », que le mieux est d'avoir eu dans le sang l'inoculation du propre art européen. Quoi qu'il en soit, il a fallu faire avec cette migration certaine du talent national, avec ce tribut qu'il a toujours payé à Paris.

Il fallait également attribuer la même représentation aux anciens et aux modernes... Un reproche ne peut nous être fait : celui d'être un cénacle d'antiquailles. L'Académie est divisée en deux, entre ceux qui s'en vont et ceux qui arrivent ; les vieux, d'ailleurs sans vieillesse, et les jeunes ; les deux siècles sont bien mis en valeur, et s'il y en a un qui prédomine, c'est celui qui commence ; le XXe siècle est mieux représenté parmi nous que le XIXe siècle. Quant à moi, j'ai déjà choisi mon camp... Une fois, je me suis prononcé entre les deux et comme je l'ai fait dans le livre d'une jeune femme de notre patriciat, je lui demanderai la permission de reproduire, je crois que dans les mêmes termes, ma dernière profession de foi.

« Né, disais-je, dans une époque de transition, je préfère en tout, art, politique, religion, me lier au passé qui menace de s'effondrer qu'au futur qui n'a pas encore de forme. » C'est seulement, comme vous le voyez, une préférence ; j'ai encore beaucoup de sympathie pour les chimères qui se disputent entre elles le soupçon de vie et beaucoup de curiosité pour les inventions et révélations imminentes. Je ne suis pas le poète du tableau de Gleyre, voyant la barque des illusions perdues, dorée par le crépuscule du soir, et stupéfait dans son propre isolement. Le cœur, qui est la partie fixe en nous-mêmes, se tourne chez moi vers le ciel étoilé, vers la coupole de vérités immortelles, de principes divins, qui succède au travail, aux efforts, aux ardentes déceptions du jour. Oh !... Messieurs, c'est quand la vie s'arrête qu'on a la plénitude du vivre. Contrairement à tout le reste, la vie, je parle de la vie intellectuelle, n'est pas le mouvement ; c'est l'arrêt de l'esprit, l'absorption, la dilatation infinie de la pensée en un seul objet, en une seule jouissance, en une seule compréhension. *Quieta non movere*. Je serai peut-être un vieil imaginaire ; c'est le moyen de ne pas être un jeune imaginaire. Il y a dans la vie une chose qu'on ne doit pas feindre : — c'est la jeunesse. [...]

Referências

NABUCO, Joaquim. Discurso pronunciado na Sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras, em 20 de julho de 1897, na qualidade de Secretário Geral. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco/discurso-de-posse>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Brasília-DF, 6 de junho de 2022.

Coordenação Pedagógica
Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES